

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES - CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE DIREITO**

FABIO DE BONFIM

**DO INQUÉRITO POLICIAL COMO FERRAMENTA PARA
INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO
INVESTIGADO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Monografia**

**Cacoal - RO
2016**

FABIO DE BONFIM

**DO INQUÉRITO POLICIAL COMO FERRAMENTA PARA
INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO
INVESTIGADO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia - UNIR - *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles - Cacoal, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.
Orientador: Professor M.e. Bruno Milenkovich Caixeiro

Cacoal - RO

2016

Bonfim, Fabio de.

B713i Do inquérito policial como ferramenta para instrumentalização das garantias constitucionais do investigado/ Fabio de Bonfim – Cacoal/RO: UNIR, 2016. 80 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientador: Prof. M.e Bruno Milenkovich Caixeiro.

1. Direito processual penal. 2. Inquérito policial. 3. Estado democrático de direito. I. Caixeiro, Bruno Milenkovich. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 343

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

DO INQUÉRITO POLICIAL COMO FERRAMENTA PARA INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO INVESTIGADO

FABIO DE BONFIM

Esta monografia foi julgada aprovada para obtenção do grau de **Bacharel em Direito** pela **Universidade Federal de Rondônia – UNIR** – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles - Cacoal, mediante apresentação à Banca Examinadora, formada por:

Prof. Ms. Bruno Milenkovich Caixeiro – Presidente

Prof. Esp. Antônio Paulo dos Santos Filho
Membro

Prof^a. Esp. Camila Fonseca Queiroz Bisconsin
Membro

Conceito: 9,8

Cacoal, 20 de dezembro 2016

Dedico este trabalho:

Aos meus pais, Valdomiro e Noeli, com gratidão, por todas as noites em claro e pela preocupação com minha formação, a qual indubitavelmente transformou-me na pessoa que hoje sou.

À minha amada princesa, minha borboleta colorida, minha inesquecível Letícia, minha inspiração, pelas inigualáveis lições de vida e de luta, por mostrar que a vida pode ser sempre mais. Sempre seguirei a sua luz!

Ao querido Miguel, que todos os dias cura as minhas dores e diariamente prova que o mundo pode ser colorido novamente, salvando-me de mim mesmo.

À minha esposa, amiga, companheira de todos os momentos, Débora, pelo apoio incondicional, a qual se manteve firme mesmo nos momentos mais negros de nossas vidas. A você e à nossa família dedicarei sempre a minha vida.

Primeiramente, agradeço ao Criador pela vida concedida e pelas inúmeras oportunidades de evoluir.

Agradeço ao meu orientador, o professor Mestre Bruno Milenkovich Caixeiro, pelas orientações realizadas, mas, principalmente, pelas cobranças para o retorno ao Curso e sua respectiva conclusão.

Ao professor Mestre Victor de Almeida Conselvan, pelas importantes orientações metodológicas aqui empregadas.

À professora Mestre Simone Maria Gonçalves de Oliveira, pelas cobranças, pelos corredores da vida, para a conclusão do Curso.

Aos colegas e amigos que angariei nos bancos da faculdade, pessoas formidáveis, cada uma com sua história, os quais tornaram o tempo passado muito mais divertido.

*Brilha linda flor
Teu poder venceu
Traz de volta já
O que uma vez foi meu*

*Cura o que se feriu
Salva o que se perdeu
Traz de volta já
O que uma vez foi meu
Uma vez foi meu*

Música Encanto da Cura (tradução livre)
Trecho do Filme “Enrolados” da Disney

*O senhor saiba: eu toda a minha vida
pensei por mim, forro, sou nascido
diferente. Eu sou é eu mesmo. Diverjo de
todo o mundo... eu quase que nada sei.
Mas desconfio de muita coisa.*

João Guimarães R
Grande Sertão: Vere

RESUMO

BONFIM, Fabio de. **Do inquérito policial como ferramenta para instrumentalização das garantias constitucionais do investigado**. 2016. [s.n.] 80 f. Monografia (Bacharelado em Direito). Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Cacoal - RO.

Neste, buscou-se demonstrar que o inquérito policial se instrumentaliza no melhor meio de proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana no sistema processual penal brasileiro, coadunando com os princípios constitucionais aplicáveis à futura ação penal e fortalecendo o Estado Democrático de Direito. Utilizando-se do método dedutivo e por meio de pesquisa bibliográfica exploratória com enfoque dogmático de efetivação de garantias, partiu-se de uma abordagem da investigação preliminar, visualizando-se sua evolução histórica e como se instalou no Brasil, mostrando também como se deve desenvolver o inquérito policial, suas principais peças e como o investigado participa deste. Apresentou-se, demonstrando melhor aplicação, os princípios constitucionais necessários ao processo penal e a necessidade de suas efetivações também no curso investigatório, por meio das peças públicas investigatórias. Demonstrou-se a diferença entre os sistemas inquisitórios e acusatórios, esclarecendo que a Constituição Federal brasileira, que se caracteriza por ser um modelo garantista, adotou o sistema acusatório. Abordou-se as dificuldades de aplicação do sistema acusatório no sistema processual brasileiro, devido à cultura inquisitiva que faz com que o acusatório pleno, e garantidor de ampla defesa e contraditório, primados também do Estado Democrático de Direito, não estejam sendo efetivamente aplicados, prejudicando a defesa do acusado e ferindo princípios constitucionais. Assim, apresenta-se o inquérito policial como um instrumento efetivo, que deve ser utilizado para uma investigação justa, de acordo com os princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e presunção de inocência, uma ferramenta para garantir um processo justo e legal, em consonância com a Constituição Federal e o Estado Democrático de Direito

.

Palavras-chave: Direito Processual Penal Constitucional. Inquérito Policial. Estado Democrático de Direito.

ABSTRACT

BONFIM, Fabio de. **The police investigation as a tool to instrumentalize the constitutional guarantees of the investigated.** 2016. [s.n.] 80 f. Monograph (Bachelor's degree in law). Federal University of Rondônia – UNIR, Cacoal - RO.

In this, it was tried to demonstrate that the police investigation is instrumented in the best means of protection of the fundamental rights of the human person in the Brazilian criminal procedural system, in line with the constitutional principles applicable to future criminal action and strengthening the democratic State of law. State of law. Using the deductive method and through exploratory bibliographical research with a dogmatic approach on guarantee effectiveness, it started from an approach of the preliminary investigation, seeing its historical evolution and how it settled in Brazil, also showing how the police investigation should be develop, its main pieces and how the investigated participates in it. It was presented, demonstrating a better application, and the constitutional principles necessary to the criminal process and the necessity of their effectiveness also in the investigative course, through public investigative pieces. It has been showed the difference between the inquisitional and accusatory, clarifying that the Brazilian federal constitution, which are characterized by a guarantor model, adopted the accusatory system. It was discussed about the difficulties of implementing the accusatory system in Brazilian procedural system, because of the inquisitive culture that causes the accusatory full, and guarantor of ample defense and contradictory, priorities also of the democratic state of law, will not be effectively applied, undemarming the defense of the accused and injuring constitutional principles. So, the police investigation is presented as an effective instrument, which should be used for a fair investigation, according to the principles of due process, contradictory, ample defense and presumption of innocence, an instrument to guarantee a fair and legal process. According to the Federal Constitution and the Democratic State of Law

Keywords: Constitutional criminal procedural law. Police Investigation. Democratic State of law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 INQUÉRITO POLICIAL	13
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA	15
1.2 SURGIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL	18
1.3 DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA	20
1.4 NATUREZA	23
1.5 ATRIBUIÇÃO	24
1.6 INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL	25
1.6.1 Instauração nos casos de ação penal pública incondicionada	25
1.6.2 Instauração nos casos de ação penal pública condicionada	26
1.7 PRAZOS	26
1.7.1 Indiciado preso	27
1.7.2 Indiciado solto	28
1.8 CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL	29
1.9 ARQUIVAMENTO	30
2 PEÇAS DO INQUÉRITO POLICIAL E O PAPEL DO INDICIADO	32
2.1 A PEÇA INAUGURAL	32
2.2 PRESERVAÇÃO DO LOCAL DO FATO E COLHEITA DE PROVAS	33
2.3 OITIVA DO OFENDIDO	35
2.4 OITIVA DO INDICIADO	36
2.5 RECONHECIMENTO DE COISAS E PESSOAS E ACAREAÇÃO	38
2.6 EXAME DE CORPO DE DELITO E OUTRAS PERÍCIAS	40
2.7 INDICIAMENTO E IDENTIFICAÇÃO	41
2.8 RELATÓRIO FINAL	43
2.9 PAPEL DA DEFESA E GARANTIAS DO INDICIADO	44
3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS	46
3.1 CONCEITO	46
3.2 DEVIDO PROCESSO LEGAL	47
3.3 CONTRADITÓRIO	49
3.4 AMPLA DEFESA	52
3.4.1 Defesa técnica	53

3.4.2 Autodefesa	55
3.4.3 Aplicação da Ampla Defesa no inquérito policial.....	57
3.5 PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	58
3.6 RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO.....	60
4 INQUÉRITO POLICIAL COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	63
4.1 O SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO	64
4.2 A NECESSIDADE DO SISTEMA ACUSATÓRIO.....	66
4.3 DIFICULDADES DE APLICAÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO	68
4.4 O INQUÉRITO POLICIAL COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
OBRAS CONSULTADAS	80

INTRODUÇÃO

Pretende-se, neste trabalho, demonstrar a necessidade de que a investigação preliminar no processo penal, realizada no inquérito policial, deve ser, marcadamente, orientada pela observância dos direitos e garantias fundamentais elencados na Constituição Federal brasileira e estabelecidos como forma político jurídica do chamado Estado Democrático de Direito, como forma de transmitir tranquilidade aos jurisdicionados, bem como segurança jurídica, proporcionando um processo penal justo.

Quando ocorre algum ilícito, um fato supostamente tipificado como infração penal, faz nascer para o Estado o dever de apurar as minúcias do ocorrido a fim de identificar o(s) eventual(is) transgressor(es) da norma jurídica penal, e, aplicar a estes, o caso, como forma pedagógica a organização de convivência social, as sanções que estiverem determinadas pela ordem normativa, segundo a anterioridade da lei, garantindo assim a segurança da sociedade.

Quando o Estado busca apurar determinado fato, é necessário que lance mão de mecanismos de investigação preliminar, sendo que no decorrer do transcurso da história, vários modelos investigatórios foram utilizados, mas, notadamente, em quase todos eles o investigado pouco ou nada podia argüir em sua defesa.

As maneiras de se efetuar a investigação preliminar foram evoluindo ao longo do tempo, pois, em uma digressão histórica, os investigados nos primeiros modelos de investigação preliminar, eram meros objetos de investigação, sem participação alguma nesse processo, tendo de enfrentar agruras físicas, sem garantias de direito algum, ficando à mercê da vontade do julgador, que, na maioria das vezes, dizia-se portador da vontade divina, e esta não podia ser contrariada. Não se olvida que a investigação preliminar evoluiu, dando maiores direitos ao

investigado, o qual passou a ser sujeito de direitos, com participação mais ativa nos procedimentos, haja vista que estes podem vir a afetar as suas liberdades.

Salutar se faz registrar que a maneira como o Estado trata os seus investigados e acusados mostra o nível de evolução de cada sociedade, irradiando assim para os mecanismos processuais, toda a carga e momento histórico que cada sociedade está vivendo.

É inegável que a Constituição Federal do Brasil de 1988 estabeleceu um marco histórico, pois delimitou garantias aos investigados e acusados nunca antes vislumbradas em nenhuma outra. Referido diploma rompeu paradigmas e estabeleceu novos conceitos a serem seguidos, em especial na seara processual penal, instituindo-se em uma condição garantista, visando a defesa dos direitos e garantias fundamentais de seus jurisdicionados, contra eventuais abusos praticados pelo Estado e não permitindo que estes fiquem em nenhum momento ao livre arbítrio de nenhuma autoridade.

Ocorre que ao passo que a Constituição Federal estabeleceu parâmetros a serem seguidos como garantia dos cidadãos e indivíduos, de outro norte, há um ranço histórico de inquisitividade presente de longa data nos sistemas processuais pátrios, que, à revelia dos ditames constitucionais, continuam oprimindo injustamente aqueles que se vêem alvos de investigação ou réus em algum processo.

A melhor doutrina afirma que o sistema processual instituído pela carta maior é o acusatório, e que este deve ser o seguido pelo processo penal, mas por conta dos séculos de inquisitividade arraigada na sociedade e na cultura processual brasileira, verifica-se vários traços inquisitoriais no direito pátrio, em especial na investigação preliminar, muitas vezes permitindo que o julgador atue como parte em vários momentos, tirando assim a imparcialidade do julgador e, quando se chega no momento acusatório, este torna-se um mero “decorador” de procedimentos, pois toda a cognição já foi realizada, restando tão somente a validação dos atos já realizados, prejudicando demasiadamente os investigados, militando contra a Constituição Federal e o próprio Estado Democrático de Direito por ela prescrito.

Nesse contexto, pretende-se demonstrar com o presente trabalho monográfico que o Inquérito Policial é a melhor ferramenta que atualmente se apresenta para a instrumentalização dos direitos e garantias fundamentais elencados na Constituição Federal, devendo este ser orientado pelas garantias

constitucionais, proporcionando àqueles que venham a serem alvos da atividade investigatória do Estado uma investigação sem excessos, buscando limitar desmandos, fugindo do “vale tudo” investigatório, atuando de modo a reafirmar o Estado Democrático de Direito, pois o princípio democrático busca sempre a segurança e justiça para todos os cidadãos e indivíduos.

1 INQUÉRITO POLICIAL

A função da polícia judiciária é essencial ao Estado, pois é por meio dela que a investigação preliminar de quase todos os crimes é realizada. Conforme afirma Brodbeck (2011), desde que o primeiro agrupamento humano se formou e, em consequência disso, alguma forma de organização se fez necessária, uma autoridade foi constituída, para ter, entre outros poderes, o de coerção, para que as regras básicas de convivência fossem respeitadas. Por mais primitivo que seja o Estado, alguma forma de poder coercitivo, de apuração dos delitos e entrega dos malfeitores a quem os deve julgar e punir, sempre existe.

Os indivíduos estão inseridos em grupos sociais, e invariavelmente - mas não sempre - estarão em relação com um ou vários outros indivíduos, e, cada pessoa pode comportar-se de maneiras diferentes frente às outras diversas pessoas. A conduta frente a um indivíduo ou a certo grupo pode ser prejudicial ou útil àquelas pessoas, e, vista de uma perspectiva psicossociológica, a função de qualquer ordem social consiste em obter por parte daqueles que a estão subordinados, que as pessoas se omitam de ações consideradas socialmente prejudiciais, e, em contrapartida, realizem determinadas ações consideradas úteis ao grupo social ao qual pertence e esta função motivadora de comportamentos é exercida pelas representações das normas que prescrevem ou proíbem determinadas ações humanas. Conforme a excelente pedagogia de Kelsen (1996, p. 25), “Uma ordem normativa que regula a conduta humana na medida em que ela está em relação com outras pessoas é uma ordem social.”, assim, normas prescritas com condutas desejáveis claramente definidas são um imperativo da convivência em grupos sociais.

O homem nasceu livre, e, conforme as lições de Rousseau (2006), em seu estado natural viu-se cercado de grilhões, de dominação pelo mais forte, chegando ao momento em que foi necessário, como uma forma de proteção mútua, cederem ao Contrato Social, sob pena do gênero humano perecer. A soma de forças de muitos, unindo-se cada um a todos, mas de forma a manter a sua liberdade é o desafio da sociedade, entregando a administração ao Estado soberano, que representa todos os cidadãos, ou seja, um faz parte do outro, de modo que é sempre reta a vontade geral, sendo que trabalhando em prol do coletivo, do geral, trabalha-se em prol do indivíduo também. Desse modo, a liberdade e igualdade

surgem como vetores máximos a serem seguidos, não devendo o Estado ferir estes princípios, pois não se pode vislumbrar os indivíduos querendo ferir a si próprios, sob pena de fazer deteriorar toda a estrutura construída com o pacto social.

Como resultado da positivação do direito passa a predominar o enfoque dogmático, com vista a resolver os conflitos surgidos, objetivando a busca da justiça. As normas passaram a exigir precisão e rigor científico, mas também abertura para o humano, cabendo à ciência jurídica, conforme aduzem Assis e Kumpel (2011), também conhecida como dogmática, sistematizar, classificar e interpretar as normas, buscando equalizar o direito e as normas com as constantes evoluções da sociedade.

Em linhas gerais, o direito penal surge como importante instrumento de manutenção da paz social, pois sua tarefa é a proteção dos valores elementares da vida comunitária, no âmbito da ordem social, e como garantidor da paz jurídica, sobre o assunto afirma Lopes Jr. e Gloeckner (2013), existe uma íntima relação entre o delito pena e o processo, de modo que são complementares e dentro dessa íntima relação que o atual modelo de Estado Democrático de Direito corresponde a um processo penal igualmente constitucional e democrático. Somente um processo penal que respeite os direitos do imputado, em consonância com os ditames da Constituição Federal é capaz de alcançar a justiça, assim promovendo a paz jurídica e social.

Desse modo, as normas jurídicas, segundo Kelsen (2006), derivam de uma mesma norma fundamental, a saber, a Constituição, a qual se sobrepõe como norma originária de direitos e que deve ser observada por todo ordenamento jurídico, orientando as leis e também as interpretações, não se sujeitando a nenhuma outra norma e não podendo ser contrariada.

O poder de punir do Estado só pode estar legitimado pela norma fundamental, sendo que o Processo Penal e todos os seus instrumentos devem estar tutelados pelos valores instituídos pela Constituição Federal de modo a enriquecer e fortalecer o Estado Democrático de Direito, atuando como garantidor dos direitos dos cidadãos (LOPES JR., 2015).

Embora houvesse a necessidade de proteção ao cidadão, os sistemas de apuração dos delitos nem sempre respeitaram os direitos fundamentais do homem, conforme afirma Eugênio Pacelli (2012), mas, os sistemas de investigação preliminar mudaram ao longo do tempo, até chegarem ao que se conhece hoje, com

uma lenta evolução dos direitos da pessoa humana, na busca de um processo penal mais digno e condizente com o Estado Democrático de Direito.

Nesse diapasão, surge a figura do inquérito policial, como melhor meio de proteção aos direitos fundamentais, como leciona Brodbeck (2011), prestando-se a uma análise profunda do delito, como forma de evitar o aviltamento do acusado por parte do Estado-acusador, como se verificará a seguir.

1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O inquérito policial como um instrumento devidamente sistematizado, com procedimentos próprios delineados não tem um registro exato e tampouco é citado por doutrinadores ou historiadores, mas, segundo Machado (2010), referente à prática da investigação, esta remonta sua origem à Grécia antiga, local onde, entre os atenienses, existia uma prática investigatória. Devido ao caráter predominantemente privado cabia às partes realizar as diligências probatórias e levá-las ao magistrado, o qual iria julgar conforme as provas que lhe eram apresentadas. O modelo predominante na Grécia antiga era o acusatório, caracterizando-se pela separação das funções de acusar, defender e julgar entre sujeitos processuais distintos.

Ao criar o Tribunal do Santo Ofício, a Igreja Católica também desenvolveu uma forma de investigação, mas não como na Grécia antiga, mas sim um novo modelo, a forma inquisitiva. Os inquisidores eram aqueles encarregados de denunciar os hereges. Tal sistema iniciou-se em torno de 1200 a.C. e sua finalidade era proceder contra aqueles que atentavam contra a igreja. Os Inquisidores eram tidos como um juiz delegado, cujos poderes derivavam diretamente do Papa, conforme afirmado por Silva (2014). Nesse sistema o juiz deixou de ser um espectador e tornou-se o principal ator da perseguição penal, concentrando as funções de acusar, defender e julgar, sendo que deveria, conforme afirma Machado (2010), instaurar de ofício o processo, recolher as provas e proferir a sentença. O juiz realizava a investigação secreta que deveria ouvir as testemunhas e o interrogado com vistas a obter a confissão deste, podendo ainda valer-se de torturas. O imputado era visto como mero objeto de investigação e não tinha nenhum tipo de atuação e mesmo durante processo o seu direito de defesa era bastante limitado, haja vista que o que se buscava efetivamente era a confirmação

dos elementos colhidos na instrução.

A investigação efetivamente promovida pelo Estado teve início em Roma, sendo que o mister investigativo não encontrava obstáculos, pois seu poder de julgar era ilimitado, pois só se fazia necessária a *notitia criminis* para que o próprio julgador determinasse as diligências visando esclarecer os fatos e os autores. O nome dado à fase persecutória penal de caráter investigativo era *Inquisitio*, mas não havia uma formal divisão entre as fases de investigação e de acusação, pois após esclarecidos os fatos segundo os ditames da época, passava-se para a *cognitio*. Nesses moldes, vigentes na Roma antiga, uma só pessoa atuava em todas as fases – embora não existissem divisões formais – e decidia pela aplicação da pena cabível, o que, não raras vezes, resultava em decisões injustas e arbitrárias, conforme leciona Daura (2010). Com o passar do tempo, algumas melhorias foram trazidas a esse procedimento, pois foi permitido também ao acusado efetuar investigações para que pudesse colher elementos que comprovassem a sua inocência, observando-se assim a presença do contraditório na fase de investigação. Posteriormente, essa prática acabou sendo realizada por agente públicos, proporcionando um maior controle dos atos praticados na investigação (MACHADO, 2010).

No final da república Romana com a evolução do sistema, foi criada a possibilidade do réu recorrer da sentença que lhe fosse desfavorável para um órgão colegiado conhecido como *Comitium* – o qual era uma assembleia pública, bem como abriu-se a possibilidade de os cidadãos formularem livremente acusações, postulações, iniciando-se o processo apenas quando recebidas pelo órgão julgador e então não poderiam mais ser retiradas, sendo que a prova do alegado cabia ao postulante, o qual acompanhava o processo até o seu desfecho final. Visando a devida imparcialidade, as acusações não poderiam ser formuladas pelos próprios magistrados e também não podiam se apresentadas por pessoas com maus antecedentes e nem por menores, uma evolução considerável, em referência aos métodos anteriores. Ainda em Roma, o melhoramento do sistema penal, e a busca pela correta e justa aplicação da justiça criminal, as funções necessárias à aplicação esmerada desta foram se especializando e, por conseguinte, se dividindo, dando azo ao surgimento de um grupo de funcionários que realizava o levantamento do fato e a apuração da autoria, por meio do *Cognitio Extra Ordinem*, sistema este no qual o magistrado agia *ex officio* (DAURA, 2010).

O sistema de independência da fase inquisitiva em relação às outras fases do processo criminal se mostrou mais eficaz e serviu como base para as polícias judiciárias existentes, conforme afirma Daura (2010), e as divisões melhor asseguram os direitos fundamentais do ser humano, notadamente quando este for vítima de acusações infundadas, maliciosas e inverídicas, pois afastam a paixão do investigador, possibilitando ao investigado posterior postulação judicial a fim de que se possa efetuar o reconhecimento e validação ou não da versão levantada na fase inquisitiva.

Verifica-se que a posição do imputado modificou-se bastante ao longo do tempo, pois inicialmente tinha-se o investigado como mero objeto de investigação, sem poder de interferir no deslinde da apuração, fato predominante do sistema inquisitório, chegando-se à noção do imputado como sujeito de direitos e ativo participante da persecução prévia, fato este típico do sistema acusatório, como assevera Machado (2010), o que se pode notar que nos dias atuais não se concebe em sistemas acusatórios ou inquisitórios “puros”, sendo que os modelos espalhados pelos vários países variam de acordo com as peculiaridades, combinando características de ambos os sistemas, podendo ter a prevalência de alguns aspectos. Não se pode negar que a maioria dos Estados modernos democráticos, visam um sistema predominante acusatório, devido as vantagens em comparação ao modelo inquisitório, objetivo este ainda longe de ser alcançado tendo em vista as raízes já bem delineadas do sistema inquisitivo no processo criminal.

Essa inegável mudança no papel do investigado no decorrer dos anos é visível, resultado da evolução da sociedade, sendo certo que a mudança ocorrida durante o transcurso do tempo, levando o imputado de mero objeto de investigação para uma posição de sujeito de direitos, faz contraponto com um ranço histórico de necessidade de punição apressada. Tal necessidade de punição a qualquer custo ainda se apresenta nos modelos de investigação preliminar atuais, sendo necessária que se efetue uma adequação, conforme aduz Giacomolli (2011), para que se deixe para trás práticas acusatórias que há muito já deveriam ter sido abandonadas e os procedimentos investigativos e processuais se coadunem definitivamente com o Estado Democrático de Direito.

1.2 SURGIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

Importante frisar que, no Brasil, até a independência, não havia um ordenamento jurídico propriamente nacional a ser observado, pois se apresentando na condição de colônia, a ordem jurídica portuguesa que era aplicada, sendo que nessa época vigoraram no solo brasileiro as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e, depois, quando Portugal caiu sob o domínio espanhol, as Filipinas. Mesmo nessa fase de dependência, observa-se que a primeira tentativa de organização da segurança pública foi com o Alvará de 10.05.1808, assinado pelo príncipe regente, criando o cargo de intendente geral da polícia do Brasil (ROVEGNO, 2005).

O primeiro documento legislativo importante depois da proclamação de independência foi a Lei de 13 de Outubro de 1827, a qual criou a figura do Juiz de Paz, figura exclusiva responsável pelas tarefas de administração policial. Tais agentes públicos ficaram responsáveis para formar corpo de delito, e de, indiciado o delinquente, conduzi-lo para interrogatório e em face dos fatos existentes e das testemunhas, caso comprovada a ilicitude da conduta, efetuar a prisão e efetuar a remessa imediata ao juiz criminal competente, conforme as valiosas lições de Rovegno (2005).

No ano de 1832, com a criação do Código de Primeira Instância, foi mantida grande parcela de poder dos juízes de paz eleitos, sendo que sua tarefa passou a ser chamada de formação de culpa: esta implicava em reunir evidências de condutas supostamente ilícitas, a fim de corroborar a acusação e era realizada no que se chamava sumário de culpa, sendo este a única base para as acusações criminais. Diferentemente do que ocorria à época, o segredo foi afastado dessa fase, permitindo ao acusado a presença à inquirição das testemunhas, evidenciando assim a preocupação do legislador imperial em conceder garantias ao acusado. Embora louvável, a intenção garantista não logrou o êxito esperado, pois os juízes de paz eram eleitos e, na prática, as funções de polícia e de juiz concentraram-se nas mãos dos poderosos locais, degenerando totalmente a construção liberal da formação da culpa (ROVEGNO, 2005).

Uma estrutura policial hierarquizada, restringindo ao máximo as atribuições dos juízes de paz foi feita com a reforma do código, com a Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, ainda segundo Rovegno (2005) e regulamentada pelo decreto 120 de 31 de janeiro de 1842. Nessa estrutura cabia aos chefes de polícia,

delegados e subdelegados nas suas devidas circunscrições a tarefa de formação da culpa. A mudança significativa desse sistema foi a imposição da escrituração dos atos apuratórios, devendo a autoridade que procedesse as primeiras averiguações e que não fosse responsável pelo sumário da culpa, deveria escriturar os informes obtidos e remeter á autoridade competente para a formação da culpa, não parecendo equivocado vislumbrar nessa necessidade de documentação, a semente do inquérito policial, que viria a surgir futuramente com esse nome.

O inquérito policial no Brasil surgiu, conforme afirma Barbosa (2009), com a Lei 2033, de Setembro de 1871, e regulamentada pelo Decreto-lei 4824, de 28 de novembro de 1871. A referida lei conceituava o inquérito policial como o instituto que consistia em todas as diligências necessárias para o descobrimento dos fatos criminosos, de suas circunstâncias e de seus autores e cúmplices, devendo ser reduzido a instrumento escrito. Com o surgimento do Código de Processo Penal em 1941, o inquérito foi mantido como um instrumento de garantia do cidadão contra abusivas acusações.

Embora tenha surgido no ano de 1871, a trajetória do procedimento em seus primeiros anos de existência foi tumultuada, pois lhe foi oferecida forte resistência pelos juristas da época, culminando, em 1882, em ato do Ministro da Justiça nomeando comissão de juristas para que produzissem reformas na estrutura administrativa da justiça, acenando com a abolição do inquérito policial, mas tal movimento durou pouco, como citam Passos e Oliveira (2001, p. 26):

Durou pouco, porém, a restituição, eis que com os ventos inovadores que embalaram o surgimento do regime republicano, restaurou-se a peça inquisitória, que passou a integrar, sem maiores percalços, o sistema processual penal até os anos 30, quando veio à tona a opinião de um novo e forte grupo que pugnava pela adoção entre nós do “juizado de instrução” nos moldes ingleses.

Com efeito, propunha-se então, a substituição da peça investigatória então em vigor por outra, em que a função policial fosse muito mais limitada, restringindo-se a apuração preliminar da autoria e materialidade do delito, sem imiscuir-se na colheita da prova, o que ficaria reservado ao juízo instrutório (investigatório), como preâmbulo da ação a ser proposta.

Em que pese os argumentos de vulto apresentados pelos adeptos da corrente reformista, afastou-se a ideia do “juizado”, mantendo-se no Decreto-Lei 3.689 de 3 de outubro de 1941, introdutório do atual Código de Processo Penal, em seu livro I, Título II, o inquérito policial, o que, como sabido, se mantém ainda agora.

Assim, conforme afirma Souza (2006), a visão sobre o inquérito policial, introduzida ainda no século XIX, representava apenas uma tímida evolução das

legislações anteriores.

Com a criação do Código de processo penal em 1941, o inquérito policial foi mantido, com o escopo de subsidiar ao acusado uma garantia contra acusações abusivas, ou seja, uma garantia de defesa, para que os supostos criminosos não mais fossem vítimas de acusações e procedimentos escusos, fato este garantido pela Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu por meio de seus princípios uma série de garantias à pessoa humana, dentre elas a de que para se acusar alguém são necessário elementos com fundamentos fáticos e jurídicos suficientes para a promoção da ação penal, elementos esses colhidos, em regra, com o inquérito policial (SOUZA, 2006).

Nesse contexto, conforme leciona Brodbeck (2011), surge a figura do inquérito policial, como o melhor meio de proteção aos direitos fundamentais elencados na Constituição Federal do Brasil, pois ele se presta a uma análise a fundo da realidade do delito, sem colocar o indiciado na condição de réu, é quando o Estado apura os indícios de autoria e materialidade à exaustão, anteriormente à constranger o indiciado a sentar-se no banco dos réus, atuando como instrumento garantidor da dignidade do cidadão e como salvaguarda de seu *jus libertatis*, traduzindo-se em uma garantia real do indivíduo frente à eventual atuação estatal em sua esfera privada.

1.3 DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA

A justiça penal somente é obtida quando cumprido o devido processo legal, sendo a legalidade penal imprescindível para toda e qualquer condenação, pois não existe crime sem uma lei anterior que o defina, porém, conforme as valiosas lições de Dezem (2016), a justiça processual encontra contornos e limites na Constituição Federal, e como se verá, nem sempre a lei inclui ou preserva direitos e garantias e por essa razão muitas vezes é necessário que a lei seja afastada ou interpretada no sentido de possibilitar a constitucionalidade dos atos procedimentais praticados no processo penal, sendo evidente que a legalidade, nesse contexto, adquire novos e amplos alcances.

Quando ocorre um ilícito penal, cabe ao Estado apurar as eventuais causas, bem como a autoria do crime. O Ente Estatal, munido de seus recursos e do seu aparato policial dá início à investigação preliminar, tomando para si a

responsabilidade e as prerrogativas da apuração a fim de garantir a legalidade do período pré-processual, bem como garantir que injustiças não sejam cometidas ao fim de persecução criminal, fornecendo assim elementos suficientes de materialidade e autoria (PACHECO, 2008).

O Inquérito Policial é um procedimento administrativo, é a investigação preliminar realizada pela Polícia Judiciária que tem por fim a apuração das infrações penais e de sua autoria, a fim de que se possa individualizar o autor ou autores da conduta delituosa, conforme afirma Lopes Jr. e Gloeckner (2013).

Na visão de Carvalho (2007), o caderno investigatório é um procedimento administrativo, consubstanciado num conjunto de diligências realizadas pela polícia Judiciária, com o fito de elucidar as infrações penais e sua autoria. Ainda sobre o tema, Pacheco (2008, p. 160), assevera:

Quanto à *definição*, o inquérito policial é um procedimento administrativo persecutório, consistente num conjunto de diligências realizadas pela polícia investigativa ("polícia judiciária") para apuração da infração penal e de sua autoria a fim de possibilitar que o titular da ação penal possa ingressar em juízo (veja arts. 4º e 12 do CPP).

Há consonância na doutrina pátria em afirmar que o Inquérito policial trata-se de procedimento administrativo, como não poderia deixar de ser, pois é criado e desenvolvido por um órgão estatal, logo, não há o que se falar em procedimento judicial. Trata-se então de uma peça informativa, com o objetivo de fornecer subsídios para que a ação penal seja oferecida, pois ao final poderá ser descartado, pois não se trata de peça imprescindível. Nesse sentido, afirma Carvalho (2007, p. 39), que "O inquérito não é indispensável. E isto ocorre quando o titular da pretensão punitiva tem em mãos outra prova indiciária, atestando a existência de crime e autoria", sendo denominadas peças informativas, que podem suprir o inquérito policial em algumas ocasiões.

Nesse sentido, esposando o que até aqui foi exposto sobre a prescindibilidade do inquérito policial, salvo alguma sentença ou doutrina isolada, afirma Pacheco (2008, p. 171):

O Inquérito policial é "mera peça informativa", podendo o titular da ação penal ter elementos suficientes ao oferecimento da denúncia por outros meios, motivo pelo qual se diz que ele pode ser dispensado (veja arts. 12, 27, 39, § 5º e 46, § 1º do CPP).
Em outras palavras, o inquérito policial não é fase obrigatória da persecução penal.

Percebe-se que não há divergência entre os diversos processualistas em afirmar que o Inquérito Policial é um procedimento administrativo e que é dispensável em determinados casos. Embora carregue consigo esse aspecto de prescindibilidade, não se pode olvidar da importância do caderno investigativo como instrumento de investigação preliminar, pois na prática são pequenos os números de ações penais em que houve a dispensa do inquérito policial. Nesse sentido, afirma Pacheco (2008, p. 171), “O inquérito policial, do ponto de vista prático, todavia, é de suma importância numa variedade enorme de casos, sem o qual nunca se conseguiria propor a ação penal.”, reafirmando a relevância do caderno investigatório para o processo penal.

A importância do inquérito policial é reconhecida amplamente pela doutrina brasileira, embora o caderno investigatório, não raro, é alvo de críticas, como se pode perceber nos dizeres de Cunha e Pinto (2009, p. 29):

Na prática, a despeito da crítica formulada pela doutrina, não é raro se conferir especial valor à prova obtida no inquérito, dependendo sempre do caso concreto. Assim, a confissão do réu na fase de inquérito, quando acompanhado por advogado, tem forte valor como prova, podendo o juiz, com base em seu livre convencimento, fundamentar a sua decisão.

Aduz-se que o inquérito policial, embora não seja de um procedimento judicial, com todos os ritos e garantias que são peculiares aos procedimentos sob a tutela jurisdicional, pode sim fornecer elementos para que o julgador forme o seu livre convencimento, como afirma Muccio (2009), pela nova ordem legal, portanto, não está o juiz impedido de decidir pela condenação do acusado tão somente com a prova do inquérito policial, desde que essa prova tenha a natureza de cautelar, não repetível, antecipada, e seja bastante para confirmar a autoria e materialidade.

Conforme brilhantemente explicam Távora e Alencar (2009), o inquérito Policial é um procedimento de caráter instrumental cujo objetivo é o de esclarecer previamente os fatos tidos por delituosos antes da ação penal e a sua importância é verificada de ser cediço que o processo penal fere o *status dignitatis* do acusado. Daí que de sua instrumentalidade decorrem as funções preservadora e preparatória, preservadora do Estado Democrático de Direito e da dignidade da pessoa humana e preparatória para um processo justo, haja vista que uma atuação em conformidade com os preceitos constitucionais, de maneira a preservar os direitos fundamentais dos cidadãos, confere mais robustez e legitimidade para a ação penal.

1.4 NATUREZA

Imprescindível se faz registrar a natureza do inquérito policial, pois desta nascem os fundamentos para que alguns doutrinadores afirmem serem inaplicáveis alguns princípios constitucionais em sede de inquérito policial, e, segundo as lições de Lopes Jr. (2016) tal entendimento mostra-se equivocado e desrespeita a Constituição Federal e o próprio Estado Democrático de Direito, pois o Estado não deve negar direitos aos seus cidadãos.

Ao definir a natureza do Inquérito policial Muccio (2009) assevera que tem natureza escrita, sigilosa e inquisitiva.

Atendo-se à fase inquisitiva do inquérito policial, a qual é reconhecida por toda a doutrina, como asseveram Távora e Alencar (2009, p. 77), “O inquérito é inquisitivo: as atividades persecutórias ficam concentradas nas mãos de uma única autoridade e não há oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa.”, logo, não persistem dúvidas de que no processo penal impera primeiramente uma fase inquisitiva.

Nesse diapasão, percebe-se que parte da doutrina afirma que o inquérito é inquisitivo, não comportando nessa fase a princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, pois o investigado não é visto como sujeito de direitos, mas sim como mero objeto de investigação, conforme se pode verificar nos dizeres de Muccio (2009, p. 39):

O inquérito policial tem natureza inquisitiva. Nele não se observa o contraditório. No inquérito policial o indiciado não é um sujeito de direitos e, sim, um objeto de investigação. Ao autor da infração penal não se permite qualquer ingerência na colheita desta ou daquela prova. A condução do inquérito, com a determinação das diligências, constitui ato discricionário da autoridade policial.

Ao tratar do inquérito policial, Carvalho (2007) também relata como natureza deste ser inquisitivo, não permitindo nem o contraditório nem a ampla defesa, salvo, excepcionalmente quando ocorrer a instauração por determinação do Ministro da Justiça, objetivando a expulsão de estrangeiro.

De outro norte, Machado (2010) conceitua o inquérito policial como procedimento cautelar de natureza administrativa quanto à forma e judiciária quanto à finalidade, por meio do qual se ultima a investigação acerca da materialidade e

autoria de fatos supostamente criminosos.

A doutrina é categórica ao classificar o inquérito policial como procedimento auxiliar e administrativo. Ao dizer que o caderno investigatório tem conteúdo administrativo, não há outro raciocínio a não ser afirmar que as atuações ali desenvolvidas são alvos de disciplina de direito público, a saber, o direito administrativo, e essa afirmação, nos dizeres de Rovegno (2005, p. 156), “ é firmar as idéias de Administração Pública (sentido subjetivo) e de Administração Publica (Sentido objetivo)”. Essa afirmação leva ao raciocínio de que o inquérito policial produz atos que caracterizam o exercício de administração pública, os quais devem ser acompanhados das garantias inerentes e afirmadas pelo diploma legal.

1.5 ATRIBUIÇÃO

Ao se utilizar da palavra competência, nota-se logo a imprecisão do Artigo 4º do Código de Processo Penal Brasileiro, em seu parágrafo único ao afirmar a competência da autoridade policial para a condução do caderno investigativo, haja vista tratar-se de procedimento administrativo, não possuindo assim a autoridade policial a jurisdição, esta, afeta aos processos judiciais. Esclarecendo esse fato, Carvalho (2007) afirma que quando se fala em competência da autoridade policial, está-se utilizando a expressão no sentido comum, referindo-se às suas atribuições, não se confundindo com a competência dos órgãos jurisdicionais.

Em consonância ao aqui exposto, ao abordar o tema, Távora e Alencar (2009, p. 78) asseveram:

Apesar do parágrafo único do art. 4º referir-se à competência, é certo que os delegados tem atribuição. Afinal, o termo competência é afeto aos juízes, significando a limitação da jurisdição.

Percebe-se que o termo que deve ser utilizado corretamente é atribuição e não competência, pois Muccio (2009) traz à baila que a atribuição para presidir o inquérito policial (competência administrativa), é das autoridades policiais de carreira das policias judiciárias.

1.6 INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

O Código de Processo Penal Brasileiro em seu artigo 5º, afirma que a o inquérito policial, nos crimes de ação pública, será iniciado por: a) de ofício; b) mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou a quem tiver a qualidade para representá-lo. Nos casos em que os crimes sejam de ação pública condicionada à representação, o inquérito policial não poderá sem ela ser iniciado. Além dos casos citados, Pacheco (2008) relata ainda, nos crimes de ação penal pública condicionada, a possibilidade de instauração do inquérito policial mediante requisição do ministro da justiça. Passa-se a esclarecer cada hipótese de instauração.

1.6.1 Instauração nos casos de ação penal pública incondicionada

Nos casos dos crimes em que couberem a propositura de ação penal pública incondicionada, a instauração do inquérito policial pode ocorrer: de ofício, por requisição da autoridade judiciária, por requisição do ministério público e por requerimento da vítima ou de seu representante legal, conforme afirma Pacheco (2008).

Além dos casos já citados, também, nos crimes de ação penal pública incondicionada, há a instauração também por intermédio de auto de prisão em flagrante delito, nos dizeres de Muccio (2009).

Coadunando com os entendimentos aqui citados, Carvalho (2007, p. 40), assevera a respeito:

Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito é instaurado: a) de ofício; b) a requerimento do ofendido (*delatio criminis*); c) mediante requisição do MP ou do Juiz (art. 5º do CPP); d) através da *noticia criminis*. As três primeiras hipóteses estão previstas nos incisos I e II do art. 5º do CPP; a última está prevista no § 3º do art. 5º do CPP.

Quando da instauração do Inquérito Policial, conforme leciona Lopes Jr. (2016), se a autoridade policial instaura o procedimento de ofício, o faz com base na sua competência para averiguar a matéria e quando há o requerimento do ofendido, ocorre a chamada notícia-crime qualificada. Por fim, quando há a requisição do Ministério Público ou do Juiz, esta derivará do dever dos órgãos públicos de

contribuir para a persecução dos delitos de natureza penal.

1.6.2 Instauração nos casos de ação penal pública condicionada

Quando o crime a ser apurado for de ação penal pública condicionada, a instauração do inquérito policial e a consequente investigação só se dará mediante a representação do ofendido ou do seu representante legal e mediante requisição do ministro da justiça, conforme afirma Pacheco (2008).

Assim, pode-se afirmar com base no Código de Processo Penal Brasileiro, que sem a representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça, nos casos de ação penal condicionada, que o inquérito não poderá ser iniciado, sendo que tal regra não comporta exceções.

Se o legislador optou em diferenciar a ação penal pública condicionada da incondicionada, é de se esperar também procedimentos diferentes, ou seja, no caso da ação condicionada, como o próprio nome já diz, necessário se faz a presença de uma condição, qual seja, a representação ou a requisição do Ministro da Justiça, senão a diferenciação não tinha nenhum motivo para existir. Sobre o assunto leciona Muccio (2009, p. 69):

Se a ação penal é pública, porém condicionada, é porque a lei subordinou seu exercício à presença de uma condição. A condição, no caso, ou é a representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo, ou é a requisição do Ministro da Justiça.[...].
A atividade persecutória do Estado, nos seus dois estágios, o da investigação e o da ação penal, só poderá ser desenvolvida se houver a ofertada requisição ou da representação.

Assim, pode-se verificar que nos casos de ação penal pública condicionada, a autoridade policial não poderá iniciar o inquérito policial *ex officio* ou por requisição pura, conforme aduz Carvalho (2007).

1.7 PRAZOS

Uma vez instaurado o inquérito, a autoridade policial tem um prazo para efetuar as investigações, fazer perícias, tomar as providências necessárias para a elucidação do crime que estiver investigando, enfim, efetuar as ações necessárias para a conclusão das investigações. Em regra, o prazo para conclusão do inquérito

policial está devidamente prescrito nos termos do artigo 10 do Código de Processo Penal (Brasil), a saber: No caso do indiciado preso por flagrante ou prisão preventiva, 10 (dez) dias, e no caso do indiciado solto, o prazo é de 30 (trinta) dias. Vale lembrar que essa regra deixará de ser observada se houver previsão legal de outro prazo, pois há leis extravagantes (especiais) que determinam prazos diferenciados, a depender do caso concreto, conforme explica Muccio (2007). Passa-se a seguir a esclarecer os diversos prazos existentes.

1.7.1 Indiciado preso

Nas ocasiões em que o indiciado se encontre com a sua liberdade cerceada, seja por auto de prisão em flagrante delito ou por decretação de prisão preventiva, necessário se faz perquirir por qual crime está preso para então se determinar o prazo para a conclusão do Inquérito Policial. Impende registrar que a regra geral imposta pelo Código de Processo Penal é de 10 (dez) dias, conforme afirma Carvalho (2007).

Se acaso verificar-se que o crime pelo qual o indiciado se encontra preso não se molda à regra geral, faz-se necessário lançar mão das leis especiais, as quais registram os seguintes prazos especiais, conforme leciona Távora e Alencar (2009): a) inquéritos a cargo da polícia federal – se o indiciado encontrar-se preso, o prazo para conclusão do caderno investigativo será de 15(quinze) dias, prorrogáveis por igual período, mas sendo necessária autorização judicial para a concessão da prorrogação do prazo; b) crimes contra a economia popular – apresenta-se nesse momento uma situação *sui generis*, haja vista que a Lei 1521/1951 (Brasil), prescreve apenas um prazo, qual seja de 10 (dez) dias, não especificando se é para o caso de indiciado preso ou solto, logo conclui-se que o prazo é único e que não comporta prorrogação; c) crimes tipificados na lei antitóxicos – A lei 11.343/06, de repressão aos entorpecentes, assevera o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais trinta caso o indiciado esteja preso.

Ao tratar do assunto, Muccio (2007) corrobora o que aqui já foi citado, mas acrescenta também o caso da prisão temporária, a qual é disciplinada pela Lei 7.960/1990, cujo prazo é de 05 (cinco) dias e ao final o indiciado será solto, não tendo influência no prazo de conclusão do inquérito policial, o qual seguirá a regra geral de 30 (trinta) dias. No que tange à prisão temporária nos casos de crimes

hediondos, Lei 8072/1990 (Brasil) o prazo máximo da prisão é de 30 (trinta) dias prorrogáveis por igual período e o prazo para a conclusão do inquérito quando o indiciado estiver preso nesses casos é o mesmo fixado para o tempo de prisão.

Sobre o tema, esposando o entendimento até aqui exposto, também se pronunciou Tourinho Filho (2007, p. 8,9):

Estando o indiciado preso em virtude flagrante, o inquérito deve estar concluído em dez dias. Se não o for, pode ser impetrada ordem da *habeas corpus*, consoante art. 648, II do CPP. De acordo com o art. 51 da Lei Antitóxicos – Lei n. 11.343, de 23-8-2006 -, o inquérito deverá ser concluído em 30 (trinta) dias se o indiciado estiver preso [...]. Nos crimes de competência da Justiça Comum Federal, o prazo para a conclusão do inquérito policial, estando o indiciado preso, é de quinze dias, prazo esse que pode ser prorrogado por igual período pelo magistrado (art. 66 da Lei n. 5010/65)[...]. Nos crimes contra a economia popular, estando preso ou solto o indiciado, o prazo é de dez dias, consoante a regra do § 1º do art. 10 da Lei 1521/51.

Quando o indiciado se encontra preso, o inquérito só poderá retornar à autoridade policial para novas diligências dentro do prazo prescrito para a conclusão do caderno investigatório, coibindo dessa forma que o indiciado preso permaneça com a sua liberdade de locomoção cerceada sem limite de tempo, conforme aduz Rangel (2007).

1.7.2 Indiciado Solto

Como já dito alhures, o prazo, regra geral, instituído pelo Código de Processo Penal Brasileiro, é de 30 (trinta) dias nos casos em que o indiciado encontre-se solto. Nas lições de Muccio (2009), esse prazo deveria ser contado da data que a autoridade policial recebeu a *notitia criminis*, mas tal fato não ocorre na prática, pois tal data não é fácil de precisar, por isso geralmente usa-se a data da portaria inicial inauguradora do inquérito policial.

Em leis extravagantes há prazos diferenciados, sendo um deles nos crimes contra a economia popular, de 10 dias, estando o indiciado preso ou solto (art. 10, § 1º, da Lei nº 1521/51), e, caso os crimes sejam enquadrados na lei antitóxicos (Lei n. 11.343/06), caso o indiciado esteja solto, o prazo para conclusão do inquérito policial será de 90 (noventa) dias, como bem assevera Tourinho Filho (2007).

Ainda sobre o prazo para a conclusão do inquérito do inquérito policial, Pacheco (2008, p. 169) corrobora o que até aqui explanado, como se pode perceber

a seguir:

Na Lei 11.343/2006 (nova lei antidrogas): o inquérito policial tem prazo de 30 dias para ser concluído se o indiciado estiver preso, e de 90 dias, se solto (art. 51, caput, LAD). Esses prazos podem ser duplicados pelo juiz, respectivamente para 60 e 180 dias, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária (art. 51, parágrafo único).

No caso do inquérito policial retornar à delegacia de polícia para a feitura de novas diligências, esse fato que só será possível quando o suposto crime for de difícil elucidação, pois é vedado que o inquérito retorne à delegacia para o cumprimento de diligências prescindíveis ao oferecimento da denúncia, conforme afirma Rangel (2007), e, após o cumprimento pela autoridade policial das diligências consideradas faltantes, o caderno investigatório deverá novamente ser remetido para a autoridade competente.

1.8 CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

Depois de realizadas todas as diligências consideradas necessárias pela autoridade policial a fim de determinar a autoria e a materialidade do fato delituoso em investigação, o inquérito policial deverá ser concluído, relatado, e então encaminhado ao Juiz competente. Impende registrar que a autoridade policial não se deve limitar apenas à autoria e a materialidade do crime. Deve ir além desse ponto, pois se deve ter em mente que o inquérito policial visa dar subsídios para que a ação penal seja proposta. Por esse motivo, a investigação deve ser aprofundada, devendo a autoridade policial sopesar se as provas coligidas convencerão a autoridade judiciária, devendo tentar colocar-se no papel de verdadeiro juiz e então analisar o que há no inquérito policial e verificar se são suficientes para o convencimento da autoria e materialidade, pois se não as julgar convincentes, dificilmente a autoridade judiciária o fará, considerando que a fase judicial é muito mais criteriosa na coleta das provas. São necessárias provas convincentes, pois um inquérito policial que traga em seu bojo as propaladas autoria e materialidade, mas sem provas sólidas, está fadado ao arquivamento ou ao oferecimento de ações penais fadadas ao insucesso desde o início, como afirma Muccio (2009, p. 102):

Assim, a autoridade policial não deve se limitar a esclarecer, no inquérito, a autoria e a materialidade do crime. Deve ir além. É preciso que tenha em

mente que deve fornecer ao órgão do Ministério Público, não só aqueles elementos, como outros que vão favorecer o provável sucesso da ação penal. Na colheita da prova extrajudicial, deve fazer um juízo de valor, mormente no tocante a quantidade e à qualidade, sopesando se as provas realizadas são suficientes para lastrear a procedência da ação penal. Deve colocar-se no papel de um verdadeiro juiz, pois se não se convencer, com a prova que já coligiu, da culpa do indiciado, por certo, essa prova ainda é insuficiente, o que tudo indica, para convencer o julgador, que é mais criterioso e cuidadoso na análise da prova na hora da condenação. Nesse caso, recomenda-se que a investigação seja aprofundada. [...] É preciso que a autoridade policial se conscientize de que a tarefa de apurar a infração penal e a autoria dela é sua, e, por isso, não deve transferi-la ao Ministério Público. Lamentavelmente, o prematuro encerramento do inquérito sem a elucidação do crime, ou mesmo com a sua elucidação, porém sem a preocupação da produção de provas mais sólidas, tem levado inúmeros casos penais aos arquivos, ou, quando não, ensejado a propositura de ações penais fadadas ao insucesso desde o início.

Os autos do inquérito policial, depois de terem sido enviados à autoridade policial, se acaso tratarem de ação penal privada, aguardarão em cartório a oferta da queixa. Já se o crime for de ação penal pública, seja ela condicionada ou incondicionada, deverá ser proporcionado vistas ao Ministério público, o qual irá oferecer a denúncia, pedir o arquivamento, suscitar conflito de atribuições ou, caso não encontre subsídios para o oferecimento da denúncia, deverá solicitar o retorno do inquérito policial à polícia judiciária com pedido de novas diligências, conforme aduz Cunha e Pinto (2009).

Após a conclusão do inquérito por parte da autoridade policial, caso o ministério público deseje continuar a apuração, deverá indicar a trilha a ser seguida, com descrição clara das diligências que deseja verem materializadas, registrando-se que não se trata de uma indicação genérica, mas de uma efetiva lista de providências a serem cumpridas pelo delegado de polícia, para que então seja satisfeita a colheita de provas determinadas pelo *Parquet*, conforme afirma Silva (2012).

1.9 ARQUIVAMENTO

Depois de efetuadas todas as diligências necessárias e estando concluído o inquérito policial será ofertada a denúncia, ou então o inquérito será arquivado. Mas essa atribuição não cabe à autoridade policial, como afirma Tourinho Filho (2007, p. 9) “Mesmo que a autoridade policial constate, após dar início ao inquérito, que o fato é atípico, ainda assim não lhe cabe determinar o arquivamento”, concluindo-se que

a autoridade policial não tem competência para arquivar o inquérito policial.

O inquérito só poderá ser arquivado por decisão judicial, após o requerimento do Ministério Público nesse sentido, pois nem mesmo a autoridade judiciária poderá determinar o arquivamento *ex officio*. Caso o Ministério Público requeira o arquivamento e o juiz entender que há elementos suficientes para a propositura da ação penal, este remeterá o inquérito para o Procurador-Geral, o qual oferecerá a denúncia, indicará outro membro do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, pedido este que o juiz deverá atender. Ainda nesse sentido, pode ocorrer que o Procurador-Geral não opte por nenhuma das opções citadas e decida por remeter o inquérito policial de volta à polícia judiciária para a colheita de novas provas. Registre-se que da decisão que arquiva o inquérito policial, não cabe nenhum recurso, conforme leciona Carvalho (2007).

Fica evidente que nos crimes de ação penal pública o requerimento para o arquivamento do inquérito policial cabe ao Ministério Público, uma vez que a ele pertence a *opinio delicti*. Mas, ressalte-se, tal pedido só pode ser feito dentro das hipóteses legais, as quais, segundo Muccio (2009), não há um rol enumerando-as, mas estas podem ser citadas, a saber: a) Se o fato não constitui infração penal – pois, se não há crime, não há razão para a persecução penal; b) Se não houver prova da materialidade delitiva – não é possível imputar a alguém a prática de uma infração penal se não houver a prova de que ela existe; c) Se a prova não apontar sequer indício de autoria – É necessário que a imputação seja feita em relação ao autor do fato. Para a instauração do processo é necessário que haja ao menos indícios contra o suposto autor. Assim, se não é conhecido o autor do crime, ou, ainda que se tenha um suspeito, se não existir contra ele indícios que legitima o *fumus boni jûris*, fica a ação penal inviabilizada; d) Se já estiver extinta a punibilidade, pela prescrição ou outra causa – caso o Estado tenha perdido o seu direito de punir, por superveniência por uma das figuras por ele instituídas, e que tem essa consequência, é evidente que a persecução penal será despropositada; e) Se presente, de forma indubitosa e retumbante, irretorquível, límpida, uma causa excludente de ilicitude, de antijuricidade ou uma dirimente de culpabilidade – não havendo crime a ser punido, não há a necessidade de processo, pois implicaria em perda de tempo e má aplicabilidade da máquina judiciária, pois caso se inicie o processo, seria um procedimento fadado a reconhecer a inexistência do direito de punir do Estado.

2 PEÇAS DO INQUÉRITO POLICIAL E O PAPEL DO INDICIADO

Como já exposto, o inquérito policial tem como objetivo colher elementos que tornem possível a propositura da ação penal, visa colher elementos que comprovem autoria e materialidade, e durante todo o tempo em que esse fato levar, o inquérito policial irá seguir formalidades próprias, pois a investigação nada mais é do que o exercício de polícia, como assevera Barbosa (2009) e se estudará a seguir as principais peças do caderno investigatório e como o indiciado participa da investigação preliminar.

2.1 A PEÇA INAUGURAL

Por ser um procedimento formal, o inquérito policial deverá ser inaugurado por peças que já estejam definidas na legislação de regência. O tipo de peça inauguradora vai depender do fato de o procedimento apuratório ter se iniciado com o investigado preso ou solto, pois cada um desses fatos possui um procedimento diferente. Caso o procedimento tenha sido iniciado com o indiciado solto, a peça que vai inaugurar o caderno investigatório é a portaria e em caso de indiciado preso, o auto de prisão em flagrante delito dará início ao inquérito policial, conforme bem assevera Silva (2012).

Como sobredito, nos casos em que o indiciado encontra-se solto quando do início do procedimento, deverá a autoridade policial, conforme aduzem Távora e Alencar (2009), proceder a feitura da portaria para dar início ao inquérito policial. A portaria nada mais é do que uma peça sucinta, indicando, sempre que possível, o nome e prenome do suposto autor do delito, nome da vítima, local e hora do fato, bem como o dia que ocorreu. O desfecho da portaria é a instauração do inquérito. Na prática verifica-se que mesmo diante de requisições ou requerimentos os delegados de polícia têm baixado portaria para dar início ao inquérito, não havendo qualquer problema nesse procedimento.

A instauração do inquérito policial quando se dá por prisão em flagrante delito do indiciado, diz-se que a autoridade policial agiu por *cognição coercitiva*, sendo o Auto de Prisão Em Flagrante Delito a peça inaugural do inquérito Policial, como afirma Sanches e Pinto (2009). Ainda sobre a prisão em flagrante ser a peça

inaugural, em substituição à portaria, aduz Muccio (2009, p. 52):

Se o autor do fato for preso em flagrante (numa das situações do art. 302 do CPP), uma vez apresentado à autoridade policial, lavrar-se-á, nos termos da lei, uma auto que se denomina *Auto de Prisão em Flagrante Delito*. Ele dá início ao inquérito e constitui a primeira peça dos autos. A cognição aqui é coercitiva. A autoridade policial toma conhecimento da notícia do crime juntamente com a apresentação do seu autor. O inquérito é instaurado de ofício, porém através do auto de prisão em flagrante, e não por portaria, e isso porque a lei assim determina, conforme os arts. 301 e 304 do CPP.

Pelo motivo de ser um procedimento formal o inquérito policial deverá ser iniciado por peças predefinidas na legislação, nesta consta, apenas as duas únicas hipóteses aqui citadas, as quais possuem procedimentos diferentes, conforme afirma Silva (2012).

2.2 PRESERVAÇÃO DO LOCAL DO FATO E COLHEITA DE PROVAS

Assim que se toma conhecimento do fato delituoso e este deixou lastro para que se possa colher prova, o local do delito deve ser preservado, para que não seja maculado o corpo de delito até que seja periciado (SILVA, 2012).

A preservação do local do crime deve abranger área suficiente para isolar toda e qualquer alteração feita pelos criminosos e vítima, de forma a facilitar o trabalho dos peritos. Todas as medidas devem ser tomadas para impedir que o local do crime permaneça idôneo, isolando-o e protegendo-o. Ressalte-se que tal preservação deve ser feita, mas sem por em risco a vida das vítimas ou até mesmo dos infratores. A primeira preocupação da força policial ao chegar ao local do crime é a preservação da vida, caso não seja possível, aí então se deve ter a preocupação em não alterar o estado do local até a chegada da polícia técnica. Registre-se que mesmo os locais que não foram devidamente preservados devem ser periciados, pois muitas vezes os locais estão violados por pessoas que tentaram socorrer as vítimas, parentes, equipes médicas, dentre outros, sendo claro que o corpo pericial deverá atentar-se a essas alterações para não ter suas conclusões atrapalhadas, Como leciona Silva (2012).

Referindo-se a dirigir-se ao local do fato e isolar a área para a atuação dos peritos, Távora e Alencar (2009, p. 89) aduzem:

A Lei 8.862/94, dando nova redação ao dispositivo, tornou esta diligência obrigatória, justamente pela importância da atuação dos peritos para desvendar a infração, colhendo elementos e as impressões necessárias para a elaboração do laudo. Só após a liberação dos peritos, é que os objetos poderão ser apreendidos e a cena do crime poderá ser alterada. Excepcionalmente, a Lei 5.970/1973, prevê, no seu art. 1º, que “em caso de acidente de trânsito, a autoridade ou o agente policial que primeiro tomar conhecimento do fato poderá autorizar, independentemente de exame do local, a imediata remoção das pessoas que tenham sofrido lesão, se estiverem no leito da via pública e prejudicarem o tráfego”. Isso se deve não só para segurança dos acidentados e de terceiros, como também para a boa fluidez do trânsito.

Após o corpo técnico realizar a perícia, todos os objetos que tiverem relação com o fato delituoso devem ser apreendidos, conforme afirmam Cunha e Pinto (2009), e deverão acompanhar o inquérito ao final. Os objetos que a autoridade policial queira efetuar perícia, também deverão ser apreendidos no inquérito policial. Ao final da investigação, caso os objetos não mais interessarem como provas, poderão ser restituídos aos lesados, ou então ainda, poderão ter a perda decretada em favor da união.

A apreensão, sempre que possível, deve ser acompanhada pela polícia técnica, tencionando não prejudicar uma futura perícia. Isso ocorre pelo motivo de que, caso os objetos apreendidos sejam manuseados de forma errônea, poderão fazer desaparecer rastros investigativos que poderão se revelar importantes futuramente, como, por exemplo, impressões digitais, materiais para exame de DNA, dentre outros, e os profissionais habilitados para a colheita e acondicionamento dessas provas, são aqueles do corpo de perícia, conforme aduz Silva (2012, p. 29):

A apreensão, sempre que possível for, deve ser acompanhada de corpo técnico, de forma a não prejudicar a futura perícia (os peritos devem auxiliar na coleta e no acondicionamento dos itens a serem apreendidos). Isso porque, caso os objetos a serem apreendidos sejam manuseados de forma incorreta, podem desaparecer importantes rastros investigativos como, por exemplo, impressões digitais e materiais que permitam o futuro exame de DNA.

Como se trata de investigação por parte a polícia judiciária, é uma decorrência lógica que se busque esclarecer o fato e sua autoria, a autoridade policial deverá colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, conforme aduz Lopes Jr (2016).

Na verdade a ordem de colher as provas que tiverem ligação com o crime, conforme afirma Silva (2009), trata-se de uma permissão genérica de apreender

qualquer meio de prova, ainda que não originário do local do crime, pois essas provas podem decorrer de buscas deferidas pela autoridade judiciária, objetos fornecidos por pessoas físicas ou jurídicas atendendo a solicitação da autoridade policial, dentre outros meios de provas que tenham liame com o fato delituoso. Trata-se de uma anuência para que a autoridade policial, sob seu tirocínio colete todas as provas necessárias para a conclusão do feito.

Pelo fato da norma ser genérica, é necessário que a autoridade policial fique atenta para que não haja o perecimento das provas necessárias à elucidação do fato. Importante filtrar as provas para que estas demonstrem os reais autores do delito e, por consequência, eliminem do rol de suspeitos as pessoas inocentes. Deve ainda o inquérito policial estar preocupado com o deslinde da verdade, ou seja, não só as provas acusatórias deverão ser consideradas, mas também as provas que militam em prol da defesa não devem ser ignoradas, conforme bem lecionam Távora e Alencar (2009, p. 90):

Como norma genérica, é recomendável que a autoridade policial esteja atenta para que não venham a perecer os elementos necessários à elucidação dos fatos. Assim, deverá proceder a colheita de todo o material probatório não só que demonstre a autoria e a materialidade da infração, revelando os seus reais autores, mas também que elimine, por exclusão, o vínculo equivocado de pessoas inocentes à prática do crime. Os elementos colhidos na fase pré-processual não devem ter via única, ou seja, restringir-se à seara acusatória. O inquérito deve estar comprometido com a apuração da verdade, e os elementos em prol da defesa não podem ser desconsiderados.

Desse modo, a autoridade policial deve estar atenta na gestão da prova, para que as provas militem tanto em favor da defesa quanto da acusação, pois isso é a tradução de uma investigação justa e sem vício. Ademais, conforme afirma Barbosa (2009), também se deve ter o zelo de não coligir provas ilícitas ao inquérito policial, fato inadmissível que não pode servir de base nem para o inquérito policial e tampouco para a ação penal.

2.3 OITIVA DO OFENDIDO

Nos crimes em que for possível ouvir a vítima, este fato será de grande importância para a elucidação do fato delituoso, devendo a autoridade policial então proceder a sua oitiva, pois conforme aduz Lopes Jr. (2016), a oitiva da vítima é uma importante fonte de informação para o esclarecimento do fato e da autoria.

No entanto, a colheita da oitiva da vítima deve ser feita com certo cuidado, haja vista que esta é diretamente interessada no desenrolar da persecução penal. O ofendido não será compromissado a dizer a verdade, haja vista que não é testemunha, mas se acaso der início a uma investigação contra uma pessoa sabendo-a inocente, incorrerá no crime de denúncia caluniosa, conforme bem lecionam Alencar e Távora (2009, p. 90):

As declarações da vítima devem ser tomadas com resguardo, afinal é pessoa intimamente interessada no deslinde da persecução penal. Contudo, as informações trazidas pela vítima podem ser de fundamental importância para a apuração da verdade, trazendo elementos que norteiem o rumo das investigações. O ofendido não será compromissado a dizer a verdade, afinal não é testemunha, e caso dê causa à instauração das investigações ou do processo imputando infração a alguém sabidamente inocente, incorrerá no crime de denúncia caluniosa (art. 339, CP).

Conforme afirma Silva (2012), a vítima, quando ouvida, deverá ser oitivada em termos de declarações, quer dizer, não prestará o compromisso de dizer a verdade e em muitos casos, as informações trazidas pela vítima serão fundamentais para a elucidação do delito, como por exemplo, nos crimes sexuais, uma vez que estes crimes são cometidos quase sempre de forma sigilosa e sem testemunhas, restando assim apenas a declaração da vítima para nortear a investigação.

2.4 OITIVA DO INDICIADO

Com o deslinde das investigações, deve-se ouvir o indiciado, ou seja, a pessoa sobre a qual pesam os indícios de ser o autor da infração penal apurada, e este será interrogado nos mesmos moldes que se faria diante da autoridade judiciária. É necessário que a autoridade policial esclareça ao indiciado que este tem o direito constitucionalmente garantido de permanecer em silêncio, não produzir provas contra si e que tal postura não acarretará qualquer tipo de prejuízo no desenrolar do feito, conforme afirma Cunha e Pinto (2009).

Sobre a oitiva do indiciado, leciona Lopes Jr. (2016), que é inafastável a garantia ao sujeito passivo de saber sobre qual qualidade está prestando as declarações, de estar acompanhado de advogado, do direito de declarar-se somente perante a autoridade judiciária. Há ainda a exigência de que o ato seja praticado com a mesma disciplina dos interrogatórios judiciais e com a assinatura de 02 (duas)

testemunhas de leitura. Muito embora o termo utilizado seja indiciado, o termo é inadequado, pois nesse momento ainda não há indiciamento, fato este que muitas vezes gera confusões em relação ao indiciamento, o qual será abordado em momento oportuno.

O indiciado não presta compromisso de dizer a verdade, logo, não será passível do crime de falso testemunho acaso minta durante o ato. Muito embora o inquérito policial seja um procedimento inquisitivo, e a sequência de atos não é definida na legislação, é aconselhável e inteligente que o indiciado seja ouvido por último. Hodiernamente o esperado é que a autoridade policial colete o máximo de elementos de convicção antes de ouvir o indiciado, uma vez que não se deve esperar que o investigado colabore com a investigação ou forneça elementos úteis, pois embora seja possível que este colabore, é necessário considerar que tem o direito de permanecer em silêncio e que também poderá ocultar a verdade, haja vista que esta muitas vezes poderá trazer consequências jurídicas indesejadas para o indiciado. O investigado poderá ainda, confessar no inquérito policial e se retratar na fase judicial, logo, percebe-se que a prova não deve pautar-se única e exclusivamente na confissão extrajudicial, pois se esta não for ratificada na fase judicial, perderá qualquer valor probatório que outrora tivera, com bem aduz, Silva (2012, p. 34):

Apesar de ser o inquérito policial procedimento inquisitivo sem sequência de atos definida na legislação de regência, é de bom tom que a oitiva do investigado/indiciado seja o último ato da colheita de prova praticado pela autoridade policial.[...]

Modernamente, o ideal é que o delegado colete o máximo de elementos de convicção antes de intimar e ouvir o investigado/indiciado. Isso porque não se deve esperar muito desta oitiva, vez que tem este os direitos de não se autoincriminar e ao silêncio, pode falsear a verdade sem que haja consequências jurídicas contrárias a seu interesse e, por fim, pode confessar ser o autor do delito na fase inquisitiva e se retratar no curso do processo. Ora, se a prova acusatória se limitar a confissão extrajudicial, caso esta ceda em juízo, poderíamos assistir a absolvição do verdadeiro autor do fato, por não ter cuidado o delegado de polícia de buscar outros elementos indicativos da responsabilidade criminal do indigitado criminoso.

O interrogatório, conforme afirma Barbosa (2009), será constituído de 02 (duas) partes, sendo que na primeira parte o acusado será indagado sobre sua profissão, residência, antecedentes e como vive no meio social e também com seus familiares. Na segunda parte, o interrogado será perquirido a respeito da acusação que lhe é imposta, esclarecendo então se é verdadeira ou não o fato criminoso a ele

imputado. Caso confesse, deverá ser indagado sobre os motivos, como os fatos se deram e se há outras pessoas envolvidas. Frise-se que o indiciado poderá silenciar a respeito dos fatos, bem como negar a imputação como um todo ou admitir apenas parte do delito.

2.5 RECONHECIMENTO DE COISAS E PESSOAS E ACAREAÇÃO

O reconhecimento é conceituado por Nucci (2009, p. 116) como: “ato formal e solene pelo qual uma pessoa afirma como certa a identidade de outra ou a qualidade de uma coisa, para fins processuais penais. Cuida-se de um meio de prova.”

Conforme leciona Daura (2010), o reconhecimento é o ato de valorar algo como verdadeiro e certo em face de uma percepção passada. Tal providência pode ser realizada tanto na fase inquisitorial bem como na fase processual. O procedimento é feito com uma pessoa, geralmente a vítima ou uma testemunha, a qual é colocada de modo a visualizar outras pessoas ou objetos e então quem praticou o ato criminoso ou quais objetos tinham relação com o fato em apuração serão reconhecidos ou não.

O reconhecimento tem valor relativo e necessita de confirmação, pois acaso acontecer de as testemunhas mentirem em seus depoimentos, é natural que os reconhecedores também possam fazê-lo durante o reconhecimento. Além disso, outros fatores devem ser levados em consideração, tais como o esquecimento, a deturpação da memória, os quais podem causar identificações falsas. Sobre o assunto afirma Barbosa (2009, p. 168):

O reconhecimento, como as demais provas colhidas no inquérito, tem valor relativo, necessitando de confirmação. Se as testemunhas podem mentir em seus depoimentos, é natural que os reconhecedores também possam fazê-lo durante o reconhecimento de alguém. Além disso, é preciso contar com o fator de deturpação de memória, favorecendo o esquecimento e proporcionando identificações casuísticas e falsas. Em razão disso, o juiz jamais deve condenar uma pessoa única e tão somente com base no reconhecimento feito pela vítima, salvo se essa identificação vier acompanhada de um depoimento seguro e convincente, prestado pelo próprio ofendido, não demovido por outras evidências. Nesse sentido é o julgado do Supremo Tribunal Federal no Recurso de *Habeas Corpus* 8.594-SP.

Percebe-se a preocupação que se guarda com relação ao reconhecimento,

pois a memória humana é volúvel, pode-se deixar levar pela emoção do momento, medos, inseguranças e ocasionalmente levar a conclusão falsas e por isso o ideal é que seja corroborada por outras provas (BARBOSA, 2009).

A acareação, afirma Nucci (2009), implica na ideia de afrontar ou enfrentar, significando embate entre os opostos com o intuito de fazer aflorar a verdade. Quando há divergências entre depoimentos sobre o mesmo fato, o confronto deveria trazer o consenso, haja vista que a verdade não pode ter muitas versões. Mas, na prática, os divergentes preferem manter seus depoimentos originais, sem preocupar-se com uma eventual ação penal pelo crime de falso testemunho, e é por isso que a acareação é meio de prova, mas na maioria das vezes de pouco valor.

Os acareados serão postos de frente, em presença da autoridade de polícia judiciária, e procurarão deslindar a divergência entre os depoimentos, explicando em que consistem as diferenças e a autoridade policial indagará aos acareados se estes ratificam ou retificam os depoimentos prestados anteriormente. A simples confirmação não deverá ser óbice para a autoridade policial, pois esta deverá insistentemente perquirir os acareados a fim de descobrir qual deles apresenta a versão inidônea. Sobre o assunto, são os dizeres de Barbosa (2009, p. 181):

Postos frente e frente os acareados, em presença da autoridade policial, procurará dirimir o desacordo existente, explicando em que consiste a divergência e indagando dos acareados, *de per si*, se confirmam ou retificam as anteriores declarações. A simples confirmação das declarações não deverá satisfazer a autoridade acareante, pois a ela cumpre apurar, pela perquirição insistente e pelas razões emotivas dos acareados, qual o que falseia a verdade.

Segundo Lopes Jr. (2016), a acareação consiste no contraditório instituído entre pessoas já examinadas ou interrogadas, quer dizer, o código de processo penal permite a acareação entre acusados, acusados e testemunhas, acusados ou testemunhas e a pessoa ofendida, entre vítimas e ainda entre testemunhas. O intuito premente da acareação é explicar os pontos divergentes, pondo termo à dissonância. Importante se faz salientar ainda que o acusado não pode ser compelido a participar da acareação, haja vista possuir o direito ao silêncio e de não produzir provas contra si mesmo.

2.6 EXAME DE CORPO DE DELITO E OUTRAS PERÍCIAS

O Exame de Corpo de delito nada mais é, como conceitua Barbosa (2009), que o vestígio material do crime, o qual se decompõe em vários elementos. Trata-se de tudo aquilo que se relaciona e que se vinculou com a infração. É o conjunto de vestígios materiais deixados pela infração penal, a materialidade do crime. O corpo de delito é a peça fundamental do processo naquelas infrações que deixam vestígios, consubstanciado no laudo pericial e subscrito por peritos oficiais credenciados, ou na falta destes, realizados por pessoas idôneas, portadoras de diploma de nível superior, devidamente nomeadas pela autoridade policial para este mister.

Sobre o tema, Nucci (2009) aduz que o exame de corpo de delito nada mais é que a prova pericial e pode ser realizado de forma direta, a qual ocorre quando os peritos têm contato imediato, sem intermediário com o objeto a ser analisado, bem como de forma indireta, que ocorre quando os dados e elementos são fornecidos por terceiros.

Ainda sobre o corpo de delito, Nucci (2009) afirmar que embora o Código de Processo Penal Brasileiro se refira somente às infrações penais que deixam vestígios materiais, deve-se estender a perícia a todos os crimes existentes, pois não se pode deixar que a existência do delito seja balizada única e exclusivamente na palavra do indiciado ou réu, pois a confissão é falha, dando margem a erros judiciais. A produção da prova pericial deve seguir as orientações do Código de Processo Penal e todas as formalidades nele contidas. Espera-se que o laudo seja detalhado e informativo, haja vista que este é destinado à autoridade judiciária, o qual deve entender a linguagem e os termos usados pelo perito.

Vale ressaltar que o exame de corpo de delito é obrigatório, conforme afirma Silva (2012), sob pena de nulidade do processo, não podendo ser suprido nem pela confissão do indiciado. Trata-se de coletar a prova da existência do crime. Todas as perícias que forem possíveis para contribuir para a solução do crime devem ser realizadas ainda que haja confissão do indiciado, pois a confissão é retratável e pode mudar ao longo do tempo, ao passo que a perícia é prova robusta, levada a efeito por corpo técnico devidamente treinado e preparado para aquele fim, e a prova produzida poderá culminar em futura condenação, ainda que esta seja realizada no curso do inquérito policial. Impende registrar ainda, que o Brasil adotou

o sistema liberatório em relação à análise do laudo pericial pelo juiz, pois este não estará adstrito às conclusões dos peritos, podendo decidir de forma contrária, desde que embasado em outras provas que autorizem a decisão, por isso, percebe-se que a prova pericial, embora seja uma prova robusta, não é absoluta.

O exame de corpo de delito pode ser realizado tanto na vítima como também no autor do delito, a depender do caso, registrando que o investigado, escorado em sua autodefesa negativa, terá o direito de não submeter-se a tal exame. Sobre o tema, Lopes Jr. afirma (2016, p. 308):

O exame de corpo de delito pode ser realizado tanto na vítima como também no autor do delito, conforme o caso, e assegurando-se ao último o direito de não submeter-se a tal exame como uma manifestação do direito de autodefesa negativo. O ponto nevrálgico da questão está nas consequências jurídicas da recusa em submeter-se a uma intervenção corporal [...].

Muito embora o acusado não seja obrigado a se submeter ao exame de corpo de delito, este deve sempre lhe ser oferecido e acaso seja recusado, deverá ser devidamente registrado a negativa por parte do acusado (LOPES JR. 2016).

2.7 INDICIAMENTO E IDENTIFICAÇÃO

O indiciamento, nos dizeres de Daura (2010), é o juízo discricionário emitido pela autoridade policial visando indicar o autor da conduta delituosa investigada, segundo as evidências e provas até então coligidas ao inquérito policial. No ato do indiciamento será efetuada inclusão dos dados do sujeito investigado, apontado como autor, nos arquivos criminais policiais na qualidade de indiciado e permitem em alguns casos, que proceda à identificação criminal, consistente na coleta de impressões digitais, retirada de dados antropométricos e fotografia para constarem nos arquivos policiais.

O indiciamento, para ser feito, pressupõe um grau mais elevado de certeza da autoria que a situação de suspeito, sendo assim um ato posterior ao de suspeito e está embasado em um juízo de probabilidade e não de mera possibilidade. O indiciamento deve resultar do instante mesmo em que, no inquérito policial instaurado, verificou-se a probabilidade de ser o agente o autor da infração penal, e então deverá emergir como ato formal da polícia judiciária, como afirma Lopes Jr. (2016).

Trata-se de ato formal exarado pela autoridade policial por intermédio de despacho fundamentado, indicando as provas já coletadas no deslinde do feito, que o investigado efetivamente cometeu o crime em apuração, sob a ótica da autoridade policial. O indiciamento pode ser direto ou indireto. No primeiro caso, o indiciamento é presencial, em que o investigado é cientificado dos fatos a ele imputados e do que está sendo indiciado. O indiciamento indireto ocorre sem a presença do indiciado, nos casos em que devidamente intimado não comparecer perante a autoridade policial ou ainda quando o indiciado encontra-se foragido em local incerto e não sabido, conforme aduz Silva (2012, p. 39):

Trata-se de ato formal do delegado de polícia, feito por meio de despacho devidamente fundamentado, que demonstra por meio de indicação de provas já coligidas no curso do feito, que o investigado efetivamente cometeu o crime apurado, no entender da autoridade policial. Pode ser classificado como direto e indireto. O direto, como o nome sugere, é o indiciamento presencial, em que o investigado toma ciência de que está sendo indiciado e é interrogado acerca dos fatos pela autoridade policial. Já o indiciamento indireto é o levado a efeito sem a presença do indiciado (quando este não comparece para ser interrogado apesar de regularmente intimado, quando o indiciado está foragido ou quando o indiciamento se dá no bojo do interrogatório policial).

Com o indiciamento ocorre também o processo de identificação, o qual tem por escopo estabelecer a individualidade ao indiciado, a qual se realiza por meio de sua qualificação, vida pregressa e identificação datiloscópica. A identificação é o procedimento técnico-científico por meio do qual se identifica alguém, reencontrando-lhe a identidade, ou descobrindo-a, como bem afirma Barbosa (2009), lecionando também que ainda faz parte do processo de identificação a coleta de dados básicos a respeito do indiciado, que é denominada de informações de vida pregressa do indiciado, as quais constam as informações que caracterizam o indiciado, tais como nome, alcunha, nacionalidade, dentre outros.

Sobre a identificação do indiciado, Lopes Jr. (2016) aduz que a regra é que o civilmente identificado não seja submetido à identificação criminal, ou seja, se apresentar documento de identidade devidamente inserta no rol da legislação pertinente, qual seja, Lei 12.037/2009, não será necessária a sua identificação criminal. Caso não apresente o documento de identidade, então o indiciado será submetido à identificação criminal. A identificação criminal deverá ser feita da forma menos constrangedora possível e deverá ser juntada ao auto de prisão em flagrante delito ou ao inquérito policial, não devendo ser mencionada em atestados de

antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

A identificação criminal do civilmente identificado não deve ser realizada, haja vista as consequências funestas que trazem para o indiciado, pois em alguns casos podem servir de base para medidas constritivas de liberdade, como afirma Choukr (2006, p. 120):

[...] Com efeito, ela gera a inclusão do indiciado nos cadastros da polícia civil e da justiça criminal e, se por si só, a existência de tais registros não servem para influenciar na dosimetria da pena, vez que dependente a majoração da juntada das certidões judiciais (RT 616/276), não raras vezes tais dados servem de embasamento para a doção de uma medida cautelar constritiva de liberdade, por exemplo, além de ser considerada como registro perene, que não se exaure mesmo com a absolvição ou diante do arquivamento da própria investigação para larga parte da jurisprudência contemporânea [...].

Ainda sobre a identificação criminal, quando se fizer necessária, aquela que é comumente aceita, é a identificação datiloscópica, conforme afirma Cunha e Pinto (2009, p. 28): “Dentre diversos meios de identificação, o mais aceito, dada a credibilidade de suas conclusões, é o datiloscópico, no qual a identidade da pessoa é determinada pelas saliências que apresenta nos dedos das mão.”, sendo aquela mais utilizada nos tribunais.

2.8 RELATÓRIO FINAL

Após serem levadas a termos todas as investigações e a autoridade policial tenha exaurido as diligências que considerou necessárias para o deslinde do fato criminoso, o inquérito policial deverá ser relatado. O relatório, conforme leciona Silva (2012), não se trata de simples descrição dos fatos praticados no feito, pois a autoridade policial tem carreira jurídica, e isso impõe que ele faça o relatório com minúcias da análise do crime investigado, posicionando-se de forma expressa acerca das provas por ele coletadas durante o curso do inquérito policial.

Após a confecção do relatório o inquérito policial será remetido ao judiciário para ser distribuído, acompanhando o procedimento investigatório, todos os instrumentos que possam servir para a instrução, mas sem nenhum tipo de juízo de valor, como aduz Muccio (2009, p. 104):

O relatório é o ato final do inquérito policial. Com ele a autoridade policial dá por concluída sua função de polícia judiciária. Ao elaborá-lo, a autoridade policial não pode fazer qualquer juízo de valor sobre a culpabilidade ou antijuridicidade e nem deve fazer considerações de ordem pessoal sobre o fato em si, pois a *opinio delicti* compete, por ser o *dominus litis*, ao órgão do ministério público e é, em juízo, sob o crivo do contraditório, que se estabelece o debate sobre tais questões.

A autoridade policial deverá fazer constar no relatório também as diligências faltantes, justificando o motivo relevante que não foram feitas, tais como oitivas de testemunhas, e deve citar onde podem ser encontradas. Após a remessa do inquérito policial, deverá ser comunicado o Instituto de Identificação e Estatística ou congênere, mencionando o juízo para o qual os autos foram remetidos, além dos dados relativos à infração e à pessoa do indiciado, conforme afirmam Távora e Alencar (2009).

2.9 PAPEL DA DEFESA E GARANTIAS DO INDICIADO

O indiciado durante o curso do inquérito policial, embora não seja acusado, tratando-se apenas de investigado, possui direitos e garantias que devem ser respeitados, muitos deles com guarida constitucional, incorrendo em erro aqueles que afirmam que não existe direito de defesa na fase pré-processual, como aduz Lopes Jr. (2016, p. 338):

Basta citar a possibilidade de o indiciado exercer no interrogatório policial sua autodefesa positiva (dando sua versão aos fatos); ou negativa (usando seu direito de silêncio). Também poderá fazer-se acompanhar de advogado (defesa técnica) que poderá agora intervir no final do interrogatório. Poderá ainda, postular diligências e juntar documentos (art. 14 do CP). Por fim, poderá exercer a defesa exógena, através do *habeas corpus* e do mandado de segurança.

Dentre os direitos do indiciado, encontra-se o de ter defesa técnica, a qual se consubstancia assegurando ao investigado escolher advogado de sua confiança para defendê-lo, sendo a assistência de defensor ao indiciado uma garantia inarredável de ampla defesa, conforme aduz Lopes (2009).

Pode-se citar também como direito de defesa a possibilidade de solicitar diligências e juntar documentos, conforme o Artigo 14 do Código de Processo Penal Brasileiro: “O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.”.

O indiciado também tem o direito à informação, o qual consiste, conforme afirma Choukr (2006), em uma ordem garantidora de que saiba a identificação dos autores de sua detenção, leitura de seus direitos constitucionais e individualização da autoridade que efetuar auto de prisão em flagrante,

O indiciado tem ainda o direito de ter acesso aos autos do inquérito policial, por intermédio de seu defensor e no seu interesse, não devendo esse direito ser suprimido, pois foi garantido pelo Supremo Tribunal Federal, quando, em 02/02/2009 o pretório excelso editou a Súmula Vinculante nº 14, a qual carrega em seu bojo os seguintes dizeres:

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

O investigado ainda tem o direito de não produzir provas contra si, também lhe dever ser oportunizada a autodefesa positiva, a qual ocorre quando há a oitiva do indiciado e deve ser respeitada a autodefesa negativa, a qual acontece quando o indiciado manifesta o desejo de ficar em silêncio, direito este garantido na Constituição Federal do Brasil, como leciona Giacomolli (2011).

3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS

O Direito Processual, segundo Cintra, Dinamarco e Grinover (2010), é o complexo de normas e princípios que regem o método de trabalho, ou seja, é o exercício conjugado da jurisdição pelo Estado-Juiz, da ação pelo demandante e da defesa pelo demandado.

Nesse compasso, asseveram Távora e Alencar (2009) que o processo Penal deve encontrar-se pautado na Constituição Federal, tendo nesta o seu vetor principal. Assim, os princípios que irrigam o processo penal são fundamentais e muitos deles têm guarida constitucional, e o estudo evidencia a possibilidade de princípios processuais penais constitucionalmente expressos como garantias ao cidadão, e, nos dizeres de Nucci (2016), servem de base para a interpretação, integração, conhecimento e aplicação do direito positivo.

3.1 CONCEITO

A palavra princípio carrega consigo vários significados, mas eles sempre se relacionam com o ato de iniciar, conforme se pode verificar nos dizeres de Fernandes, Luft e Guimarães (1997):

Ato de principiar; momento em que alguma coisa tem origem; início; começo; causa primária; razão fundamental; base; teoria; preceito; opinião; modo de ver; estréia.

Os princípios que regem o direito processual penal constituem o marco inicial de construção de toda a dogmática jurídico-processual penal. As respostas para determinados problemas que surgem no curso de um processo criminal estão, conforme assevera Nucci (2016), na maioria das vezes, insertas nos princípios que o informam.

Segundo Pacheco (2008, p. 113), “princípios de direito são normas de caráter geral, que se constituem em diretrizes do ordenamento jurídico.”, sendo claro que devem ser considerados como um norte para a atuação estatal.

Os princípios, conforme leciona Lopes Jr (2016), gozam de plena eficácia normativa, sendo normas fundamentais do sistema e mesmo que aparentemente

indeterminados, não o são, pois ainda que exista alguma incerteza quanto ao conteúdo do comportamento a ser adotado, não há a dúvida quanto a sua espécie. Os princípios, em geral são direcionados aos juízes e tribunais e estes devem fazer todo o necessário para buscar a máxima eficiência dos princípios do processo penal, pois estes representam as verdadeiras garantias do cidadão para se ver protegido perante o poder estatal. O Estado deve proporcionar aos cidadãos a certeza de que os seus direitos mais fundamentais estão protegidos enquanto o estado acusador procura formar a convicção de culpa, pois caso contrário, como afirmam Jakobs e Cancio Meliá (2010), correria o risco de criar na figura do acusado, uma figura de adversário, inimigo, tratando-o como perigo e tomando medidas extremas para fazer cessar a suposta periculosidade, comportamento este inadmitido pelo ordenamento jurídico pátrio e combatido pela Constituição Federal, tendo esta, explicitamente erigidos os princípios os quais serão explanados adiante.

3.2 DEVIDO PROCESSO LEGAL

A atual Constituição Federal inovou em relação às cartas magnas anteriores, pois se referiu expressamente ao devido processo legal, configurando este como uma dupla proteção ao indivíduo, atuando tanto no campo material de proteção ao direito de liberdade, quanto no âmbito formal, ao garantir a paridade de condições com o Estado-persecutor, como afirma Moraes (2016).

O processo penal em sua plenitude deve atuar como instrumento da preservação da liberdade do ser humano, sendo que o devido processo legal atua como um freio constitucional a procedimentos à margem do sistema democrático. Em outras épocas esse princípio se revestia como fonte de todas as garantias, haja vista que estas não eram dispostas expressamente como acontece atualmente, e muito embora tenha campo próprio de atuação, não se pode desprezar a atuação genérica do devido processo legal como garantia, a saber, uma garantia inominada, uma verdadeira válvula de escape para qualquer tipo de excesso estatal que ameace ferir os direitos do cidadão (MORAES, 2016).

Em seu sentido mais restrito e tradicional se reveste na rejeição de toda e qualquer situação processual que milite contra as garantias da relação processual estabelecida entre os sujeitos interessados, quais sejam, acusação e defesa, segundo Bizzotto e Rodrigues (2003), significando assim, o respeito ao devido

processo legal, à obediência de todas as garantias constitucionais históricas, não devendo ser confundido como uma mera proteção ao formalismo, mas sim uma garantia, um respaldo ao conteúdo democrático do processo penal.

Sua força é tão notada, que ela inicia um caminho não apenas para se exigir relação processual adequada, mas também cria a idéia do devido processo substancial, clamando ao desenvolvimento de soluções para destruir o procedimentalismo vigente, com o fito de priorizar a adoção de sua faceta garantidora. Surge então dentro desta noção uma nova visualização do devido processo legal, uma visão de que a teoria do acesso à justiça esteja irremediavelmente agregada a esse princípio. É certo que na busca de sua dissociação do procedimentalismo burocrático, o devido processo legal deve ser integrado na prática de cada ato, utilizando sempre um coeficiente de razoabilidade, a fim de verificar qual a maneira mais eficiente de realização (BIZZOTTO e RODRIGUES, 2003).

A aplicabilidade do devido processo legal decorre do próprio princípio democrático, pois a sistemática entre o Direito Formal e o Direito material deve estar bem delineada, mostrando que a vinculação entre a formalidade e a materialidade deve existir para que se possa concretamente se descrever o Direito, pois de um lado, segundo as lições de Cintra, Dinamarco e Grinover (2010), se determina o que é o delito e sua respectiva pena (direito material) e por outro lado, também se encontra delineado o órgão julgador e o modo ou processo que irá ser utilizado para atingir o seu mister (direito formal).

Quando a ordem jurídica determina uma consequência por determinados atos, junto a isso necessita também fixar qual os órgãos que irão fazer valer a vontade da norma e indicar de que maneira serão realizados os atos, de modo que as regras sejam claras para que possam ser devidamente respeitadas, conforme leciona Daura (2009, p. 121):

A competência e o devido processo legal como premissas iniciais da aplicação de uma consequência jurídica em razão da constatação de um ato previsto em norma abstrata são fatores primordiais para a correta aplicação do direito pelo *Estado* em quaisquer níveis ou esfera de atuação. Sintetiza-se no princípio do *devido processo* legal que necessariamente abrange estas indagações iniciais e outras demais, mas que no Brasil ainda está amadurecendo. O exercício da cidadania está intimamente ligado a tal princípio que tende a se expandir conforme se consolida a “cultura” de Estado Democrático de Direito.

Verifica-se se pela inteligência do excerto citado que o devido processo legal está amadurecendo ainda no Brasil, mas é de fato um dos baluartes do Estado Democrático de Direito, estando expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, e, como princípio garantidor, tem suas premissas direcionadas ao próprio Estado-acusador, o qual, na sua pretensão punitiva, deverá respeitar e seguir todos os ritos impostos pelo diploma legal, pois caso contrário, estará invadindo direitos e garantias já sedimentados e elencados na Carta Maior, algo inaceitável em um Estado Democrático de Direito (DAURA, 2009).

3.3 CONTRADITÓRIO

Com a legitimidade da ação estatal por intermédio da instauração do competente procedimento e a devida persecução penal, opõem-se de cada lado do processo sujeitos distintos, buscando também objetivos distintos e ambos, Estado-persecutor e acusado, integrantes do cenário da relação processual, encontram no contraditório a garantia de exercerem, segundo as lições de Távora e Alencar (2009), conforme seus misteres, a total perseguição dos objetivos aos quais se dispuserem, com vistas a produzirem provas a serem utilizadas no curso do processo.

Conforme as lições de Bizzotto e Rodrigues (2003) só se estabelecerá uma relação processual garantidora facultando à todos aqueles que de alguma maneira serão afetados pelo ato judicial final reclamado, um ambiente adequado para que as posições contrapostas possam atuar e seja possível a manutenção da imparcialidade do órgão julgador. Ao se respeitar a integral igualdade entre as partes, o Estado proporcionará que a jurisdição atinja a sua finalidade, qual seja, apurar a verdade dos fatos com o devido respeito aos direitos e garantias do acusado.

A promoção da justiça (como ideal ético), é vista pela doutrina como objetivo a ser seguido e também é certo que o contraditório tem a aptidão necessária para essa busca, e que o processo penal não pode se desenvolver sem este. A natureza dialética do processo acusatório, o qual se estrutura sobre o movimento bilateral constante entre as partes, faz com que o processo tenha maior possibilidade de conduzir a uma decisão justa e adequada, e, segundo as lições de Costa (2001), o princípio do contraditório é absolutamente necessário, e tem como

efeito restaurar o equilíbrio entre os interesses públicos punitivos e de liberdade, os quais, para o juiz, devem estar no mesmo plano.

Por causa disso, não se cansa a doutrina de ressaltar o papel fundamental que contraditório exerce como instrumento para uma solução justa do processo, pois cada parte, ao trazer consigo o que lhe é inerente, no afã de demonstrar os argumentos e razões que lhe são favoráveis, acabam por municiar adequadamente o juiz, o qual terá dados amplificados e desejáveis. Considerando que cada parte traz uma metade do litígio, levando ambas ao litígio inteiro, o juiz receberá a participação de cada uma das partes como uma maneira de aperfeiçoar a sua própria decisão, pois o juiz que recebe pedidos e provas, alegações interpretando a lei, informação sobre jurisprudência, tudo isso vindo das partes, tem melhores condições de julgar, conforme assevera Rovegno (2005).

O contraditório se divide em duas espécies: Contraditório real e diferido. Segundo leciona Lopes (2009), o primeiro ocorre quando da participação das partes no momento em que as provas são produzidas, quando se debate a oportunidade da realização de certos atos, ou concomitantemente, quando a manifestação ocorre por meio da atuação durante a prática do ato. O Contraditório diferido será realizado posteriormente ao ato de produção de prova, como por exemplo, quando se questiona a valoração de alguma prova já produzida. Assim, em relação a algumas provas definitivas colhidas durante a investigação criminal, é possível que o contraditório seja feito de forma postergada, sendo dominante na doutrina pátria a idéia de que não há ofensa à Constituição Federal o exercício do contraditório de forma diferida.

Como uma das facetas do contraditório, necessário se faz um ativismo judicial garantidor para se identificar a defesa deficiente e a realização de diligências importantes para a defesa, a qual é hipossuficiente no processo penal, buscando-se a verdade constitucional e não o massacre estatal ante o cidadão. Para isso é fundamental uma participação ativa e vigilante do juiz para a real garantia de isonomia entre os sujeitos processuais. Embora o contraditório surja como uma garantia do acusado contra o Estado, um sinônimo de equilíbrio, não pode ser usado como meio de procrastinação e de infundáveis diligências objetivando apenas arrastar o processo indevidamente por anos, pois como bem assevera Bizzotto e Rodrigues (2003, p. 46):

Não pode o contraditório surgir como aliado do formalismo inútil. O contraditório se constitui em sinônimo de equilíbrio para situações processuais. Naqueles casos em que a convicção dos sujeitos processuais está no sentido das garantias do cidadão, o contraditório pode e deve ser suavizado. É o que ocorre quando o sujeito acusação, em qualquer momento procedimental, vem a se manifestar consoante pretensões defensivas finais. Despiciendo seria a procrastinação do feito, sob a alegação de falsas garantias fundadas no contraditório.

Do excerto acima se verifica que não é tolerada a má-fé das partes durante o processo, devendo estas ficar adstritas à produção de provas e contestações que lhe couberem na órbita de seus interesses, pois muito embora a colaboração das partes seja reconhecida amplamente pela doutrina, não é um direito absoluto e deve ser limitado de maneira justa pelo julgador. De fato, não se pense que a perspicácia do juiz possa ser desprezada pelas partes no intuito de atuarem deslealmente no processo. Não se deve vislumbrar o julgador como um mero espectador à espera que as partes produzam provas com os coloridos que mais lhe apeteçam, assim afirmam Bizzotto e Rodrigues (2003).

O julgador, segundo Rovegno (2005), deverá ter absolutamente clara a verdade de que as partes apresentarão provas, fatos e argumentos de maneira que lhes sejam as mais favoráveis. Por esse motivo, deve o juiz acautelar-se e sempre fazer uso da providente tarefa jurisdicional de filtrar as alegações das partes, para então, após detida e minuciosa análise, chegar ao campo da verdade possível capaz de subsidiar uma decisão.

Assim, sem o princípio do contraditório não se pode falar em processo criminal justo, em juízo justo. Este, segundo Giacomolli (2011), ao lado da igualdade de oportunidades entre acusação e defesa, enuncia um juízo justo, corroborando o texto constitucional, traduzindo-se em uma garantia real aos acusados em processos penais.

Por todo o até aqui visto, parece correto o valor que se tem dado à observância do princípio do contraditório, na medida em que indica o reconhecimento da dignidade do acusado, e, dentro desse quadro de crescente relevo desse princípio, conforme magistralmente leciona Rovegno (2005), acredita-se que o texto constitucional, no que tange o princípio em comento, deve ser interpretado extensivamente para uma concepção ampliativa do significado de tais ideais de busca da justiça.

3.4 AMPLA DEFESA

O princípio da ampla defesa representa o resultado de uma longa caminhada histórica da humanidade, consubstanciando em um dos retratos do prosseguir do garantismo. A ampla defesa, de modo oposto ao contraditório (que é direcionado a ambas as partes), tem destinatário certo, a saber: o acusado. Esse princípio provém da maturidade da sociedade, a qual procura encarar seus defeitos de forma dialética. É fundamental destacar que a atuação da jurisdição sempre provocará efeitos naqueles sujeitos participantes do pólo passivo da relação processual e nada mais justo que seja implementada a figura da defesa para que os efeitos da jurisdição não tenham maiores alcances do que aqueles permitidos constitucionalmente (BIZZOTTO e RODRIGUES, 2003).

Por mais lamentavelmente que venham ocorrer fatos que contrariam o sentimento de humanismo existente no bojo da sociedade, conforme as lições de Bizzotto e Rodrigues (2003), esta deve dar o exemplo de respeitabilidade à dignidade da pessoa humana, pois negar a defesa para quem quer que seja é condenar a sociedade a um regime de insegurança, logo qualquer pessoa poderá ser atingida a qualquer momento, por melhores que sejam os padrões momentâneos da sociedade. Por esse motivo, é necessário que a sociedade garanta àqueles que a desrespeitem o total direito de defesa, para assim legitimar a atuação estatal na restrição da liberdade de qualquer pessoa.

Além de estar disposto na Constituição Federal de 1988, o direito à defesa se encontra estabelecido no artigo 8º, item 2, da Convenção Americana dos Direitos Humanos, a qual ficou reconhecida como Pacto de São José da Costa Rica e foi incorporada ao direito brasileiro pelo Decreto Federal 678/92. Imperioso faz-se registrar, nas lições de Lopes (2009), que a defesa sofre limites, não podendo ser irrestrita, devendo ser realizada dentro dos parâmetros legais, não se admitindo excessos, sendo que se o acusado praticar, na realização da defesa, atos que atinjam bens jurídicos de outras pessoas que sejam tutelados penalmente, deverá responder pelo delito.

Sobre o tema também leciona Mendes (2011) ao afirmar que princípio da ampla defesa recebeu contornos mais claros na Constituição Federal do Brasil e também nos julgados da suprema corte, tendo sido considerado corolário da dignidade da pessoa humana.

Assim, a ampla defesa acaba por receber uma importância extrema de nosso ordenamento jurídico, como forma de se evitar o cerceamento à liberdade. Aos acusados em processo penal deve-se garantir uma liberdade de defesa, a fim de que possam comprovar a sua inocência ou mesmo circunstâncias que atenuem a situação jurídica destes indivíduos. Na busca de assegurar a ampla defesa aos cidadãos que sofrerem a persecução penal, dividiu-se a defesa em dois vetores, a saber: defesa técnica e auto defesa. Nos dizeres de Rovegno (2005, p. 269), estas são aspectos da ampla defesa e se desdobram em muitos atos e momentos a serem arguidos:

Dentre o conjunto de aspectos assegurados pela ampla defesa, poderíamos destacar: a necessidade de se conferir ao acusado, além da defesa pessoal (autodefesa), a defesa técnica, com a possibilidade, para os necessitados, de obtenção de assistência jurídica integral e gratuita; a imperativa observância da ordem de manifestação no processo, com a defesa falando sempre por último; a existência de acusação clara e precisa; a plena possibilidade de apresentação de alegações e dados fáticos contra a acusação; a possibilidade de acompanhar a prova produzida; a possibilidade de impugnar, por meio de recurso, toda decisão desfavorável; a concessão de tempo e meios adequados para a preparação da defesa; e, por fim, o direito de não ser obrigado a depor contra si.

Desse modo, a ampla defesa desdobra-se em duas garantias ao acusado, as quais são inerentes ao processo de persecução penal, e serão estudadas individualmente a seguir.

3.4.1 Defesa Técnica

A defesa técnica, também chamada de defesa pública, consubstancia-se no direito que o acusado tem de constituir um profissional para a sua defesa, com a finalidade precípua de garantir uma atuação mais conveniente para seus direitos e interesses jurídicos, assegurando uma igualdade entre as partes. Tal garantia, afirma Lopes (2009) é indisponível e indeclinável, indispensável à administração da justiça. O exercício dessa garantia supõe a assistência de uma pessoa capacitada, com conhecimentos teóricos do Direito. A defesa técnica é realizada por pessoas profissionais na seara jurídica, peritas em Direito, que tem por profissão o exercício da função técnico jurídica, de defesa das partes que atuam no processo penal, para dar relevo a seus direitos.

A justificação da defesa técnica, de acordo com as lições de Lopes Jr. (2016), decorre de uma exigência de equilíbrio entre defesa e acusação e também de uma presunção de hipossuficiência do sujeito passivo. Deve ser levado em consideração de que o acusado não tem conhecimentos necessários e suficientes para resistir à pretensão estatal em igualdade de condições com o ente acusador. Tal situação leva o imputado a uma condição de inferioridade ante o poder estatal. Podem existir dificuldades de compreender o resultado da atividade desenvolvida na investigação preliminar gerando intranquilidade, sendo que, acaso ocorra uma prisão cautelar, existirá a impossibilidade física de atuação efetiva.

Isso significa que a defesa técnica é uma exigência da sociedade, pois o imputado pode, a seu critério, pouco se defender, ou mesmo pode optar por não se defender, mas tal fato não exclui o interesse da coletividade de uma verificação negativa, pois a estrutura dualística do processo penal expressa-se tanto na esfera individual como na social. Desse modo, a defesa técnica atua também como um mecanismo de autoproteção do sistema processual penal, estabelecido para que sejam cumpridas as regras do jogo da dialética processual. Na verdade é uma satisfação ao sistema processualista e à sociedade, á revelia da vontade do sujeito passivo, pois é resultado de um imperativo de ordem pública, inserto no devido processo legal (LOPES JR, 2016).

Nesse contexto pode-se inferir que a defesa técnica é um direito irrenunciável do acusado, não podendo dele dispor mesmo que assim o deseje, pois se trata de assunto de ordem pública, como bem asseveram Passos e Oliveira (2001, p. 100):

A defesa técnica sempre deverá existir, quer através de advogado constituído pelo acusado, quer através de advogado nomeado pelo magistrado e, na falta deste advogado, desde que devidamente intimado, em qualquer ato processual, o magistrado somente poderá realizar esse ato após nomear um advogado *ad hoc*, nos exatos termos do art. 363 do CPP. Trata-se, portanto, de direito irrenunciável, sendo certo que nem mesmo o acusado poderá dispensar a presença de um advogado, porquanto, como se disse, a ampla defesa constitui mais uma garantia social do que para o próprio acusado.

Por encontrar guarida na própria Constituição Federal apresentando-se como garantia da dignidade, devendo ser respeitada como afirmação do Estado democrático de Direito, a defesa técnica vai ganhando, conforme afirmam Passos e Oliveira (2001), novos contornos com o passar do tempo, sendo amplamente aceita

pela doutrina, tornando eivados de vícios insanáveis os atos processuais tomados sem a sua observância.

3.4.2 Autodefesa

Também chamada de defesa pessoal, a autodefesa manifesta-se de várias maneiras, mas o seu momento de maior relevância encontra-se nos interrogatórios policiais e judiciais. Sobre o assunto, Lopes Jr. (2016) leciona que é por meio dessas atuações que o sujeito atua pessoalmente, defendendo-se como indivíduo singular, fazendo valer seu critério individual e seu interesse privado. Atuando pessoalmente o acusado usará de seus próprios meios para tentar resistir à pretensão estatal, pois nesse momento atuará de forma efetiva expressando os motivos e as justificativas ou negativas de autoria ou de materialidade do fato que se lhe imputa. Como exposto anteriormente, o interrogatório é o momento em que a autodefesa é percebida com maior intensidade, mas não se pode olvidar que ela está presente em todos os momentos em que é iniciada uma investigação criminal ou a persecução penal.

Apresentando-se como forma de exercício processual e constitucional da ampla defesa, a autodefesa, afirmam Passos e Oliveira (2001), como se pode depreender do próprio nome, é o exercício da defesa por conta do acusado, sendo realizada diretamente, e pode ser efetuada de três maneiras distintas, a saber: direito de presença, direito de audiência e do direito de postular pessoalmente.

O direito de audiência, conforme lecionam Passos e Oliveira (2001), consubstancia-se na oportunidade que o acusado tem de se entrevistar diretamente com o magistrado. Durante toda a duração do processo judicial o réu tem o direito de se entrevistar com o juiz de Direito, como forma legítima de exercer a sua defesa, sem necessitar do intermédio de quaisquer outras pessoas, até mesmo de seu defensor constituído. Da mesma forma, o investigado tem o direito, durante a fase de investigação criminal, de se fazer entrevistar pela autoridade policial. O investigado também tem o direito de saber em qual aspecto está sendo investigado e, quando forem tomadas a termo suas declarações, saber em que condição está sendo oitivado (LOPES JR, 2016).

Normalmente o direito de audiência é exercido na fase do interrogatório, que é ato personalíssimo do acusado, não se podendo fazer representar por

nenhuma outra pessoa, pois é no interrogatório que o legislador previu a possibilidade do réu ter contato com o magistrado, sendo esse o momento em que o acusado poderá exercer a autodefesa, fornecendo ao julgador informações que repute importantes para o desfecho da ação penal. O direito de audiência é tão importante, como afirmam Passos e Oliveira (2001) que o legislador estabeleceu que a falta do interrogatório gera nulidade absoluta, já que haveria o aviltamento do princípio constitucional da ampla defesa, algo impensável em um Estado Democrático de Direito.

Outra forma de manifestação da autodefesa, o direito de presença, caracteriza-se pelo direito do réu de estar presente e intervir em todo e qualquer ato processual, auxiliando-se de defensor, visando o fornecimento de subsídios necessários para a busca da verdade dos acontecimentos. O acusado é uma das pessoas que mais sabe sobre os fatos, sobre as testemunhas, ou sobre qualquer circunstância relevante para o deslinde do processo. Por essa razão, a presença do acusado é de crucial importância nos atos processuais, pois poderá a todo tempo orientar seu advogado acerca daquilo que está sendo produzido durante o transcurso do processo (PASSOS e OLIVEIRA, 2001).

O direito de presença, como uma faceta da autodefesa, e o seu exercício é considerado tão importante como corolário de um processo democrático e justo, que, segundo as lições de Passos e Oliveira (2001), o legislador deu nova redação ao artigo 366 do código de processo penal, determinando que em processos em que o réu for citado por edital e não comparecer em juízo, o magistrado deverá suspender o curso processual, sendo que esse direito é personalíssimo e apenas quem dele pode renunciar é o próprio acusado, pois nem mesmo seu próprio advogado o poderá fazer, em hipótese alguma. A renúncia feita por qualquer outra pessoa que não o próprio acusado gerará nulidade absoluta, pois será vista como cerceamento de defesa do acusado.

A terceira forma de exercício, ainda sob as lições de Passos e Oliveira (2001), o direito de postular pessoalmente, sem a necessidade de advogado, manifesta-se no processo penal, uma vez que o acusado pode interpor recursos, impetrar *habeas corpus*, entre outras providências. Nessas hipóteses, o acusado ou sentenciado poderá dar impulso inicial ao recurso ou procedimento incidental, mas logo se deve ser garantida a assistência do defensor.

3.4.3 Aplicação da ampla defesa no inquérito policial

Muito se discute na doutrina brasileira sobre a aplicação do princípio constitucional da ampla defesa na fase de investigação preliminar, mas não se pode olvidar que visando tornar o cidadão um objeto de vigilância e investigação policial, haverá uma agressão ao imputado e, como manifestação do Estado Democrático de Direito que vige, deve-lhe ser oportunizado o direito de contestar, pois, nos dizeres de Lopes Jr e Gloeckner (2013), o direito de defesa é um direito-réplica, que nasce com a agressão que representa para o sujeito passivo a existência de uma imputação ou de ser objeto de diligências e vigilância policial. Qualquer notícia crime que impute um fato aparentemente delitivo a uma pessoa constitui uma imputação passível de gerar no plano processual uma resistência, pois há uma atuação de forma coercitiva contra a pessoa determinada, caracterizando agressão ao seu estado de inocência e de liberdade, capaz de autorizar uma situação de resistência em sentido jurídico processual.

Sobre o tema, magistralmente leciona Rovegno (2005), ao afirmar que aceitar que a defesa esta impedida de qualquer participação no inquérito policial, por ser um expediente de natureza inquisitiva, significa aceitar a idéia medieval, já exposta neste trabalho, que tratava o inquirido como objeto e não como sujeito de direitos, perspectiva esta que já está superada pelas conquistas do Estado de Direito. Segundo autor, a idéia moderna de inquisitividade liga-se apenas à estrutura do expediente, aos atores existentes e à iniciativa, ligada à autoridade pública e não necessariamente às partes. Desse modo, as manifestações defensivas tendentes a garantirem as tutelas de direitos fundamentais da criatura humana, em caráter especial àqueles positivados pelo ordenamento jurídico, não podem em hipótese alguma ser recusadas, sob o risco de afrontarem diretamente a Constituição Federal, fonte original do direito pátrio.

As recentes alterações no Artigo 7^a, XXI, a, da Lei 8.906/94 (Brasil), apresentam uma pequena evolução, embora tímida, dos direitos do investigado e da aplicação da ampla defesa em sede de inquérito policial. A citada lei dá aos investigados o direito de serem acompanhados por advogado durante o interrogatório ou depoimento, bem como faculta ao profissional do direito que este, no transcorrer da investigação, apresente razões e faça quesitos, os quais devem ser considerados pela autoridade policial.

Não se pode, conforme as lições de Nucci (2009), apagar a realidade com a aplicação de mera teoria. A investigação de um crime inicia-se, como regra, na delegacia, instaurando-se o inquérito policial, de natureza inquisitiva e trâmite nos moldes do sistema inquisitivo. Ainda sobre o tema, Oliveira (2012), afirma que a atuação judicial, na fase de inquérito policial, não pode ser entendida como uma atividade a serviço de interesses acusatórios, mas sim uma atuação de proteção dos direitos fundamentais e não no interesse da investigação, ainda que este se beneficie do material colhido.

A ampla defesa na fase de inquérito policial é um direito de todo cidadão e encontra-se ancorada no diploma legal, pois como leciona Machado (2010), não há incompatibilidade entre a regra de investigação inquisitiva com a máxima da amplitude da defesa, esta também alcançando o inquérito policial, pois há também o interesse de se evitar uma acusação equivocada, evitando assim efeitos indesejáveis na esfera de direitos fundamentais do indivíduo. O direito à ampla defesa é aplicável ao inquérito policial, segundo Lopes JR (2016), é um direito natural, imprescindível para a administração da justiça, com guarida na Constituição Federal, e que deve ser dado força como forma de preservação da dignidade humana e afirmação do Estado Democrático de Direito.

3.5 PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

O artigo 5º, LVII, da Constituição Federal do Brasil preceitua que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, consagrando assim a presunção de inocência, um dos princípios basilares do Estado de Direito como garantia processual penal, visando a tutela da liberdade pessoal. Dessa forma, segundo as lições de Moraes (2016), há a necessidade de o Estado comprovar a culpabilidade do indivíduo, o qual é constitucionalmente presumido inocente até o trânsito em julgado da ação penal, sob pena de voltarmos ao total arbítrio estatal, permitindo-se o odioso afastamento de direitos e garantias individuais.

Também conhecida como presunção de não culpabilidade e estado de inocência, embora tenha sido tratada de forma ampla pela constituição Federal, antes já se invocava a sua atuação, pois a convenção interamericana, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto 678/19992, estabeleceu em seu artigo 8ª, 2 que “toda a

pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa”. Com o advento do diploma legal, esta impôs como limite da presunção de não culpabilidade o trânsito em julgado da sentença penal condenatória Távora e Alencar (2009).

Tal é a relevância do princípio da presunção de inocência que não precisa estar positivado em nenhum lugar, é pressuposto, sendo um princípio de fundamental civilidade, fruto de uma opção garantista a favor da tutela da imunidade dos inocentes, pois segundo Lopes Jr. (2016), ainda que para isso tenha que se pagar o preço da impunidade de algum culpável, porque, ao corpo social, basta que os culpados sejam geralmente punidos, pois o maior interesse é que todos inocentes, sem exceção, sejam protegidos. Acaso os cidadãos estejam ameaçados pelos delitos, também o estão pelas penas arbitrárias, fazendo com que a presunção de inocência não seja apenas uma garantia de liberdade e verdade, mas também uma garantia de segurança oferecida pelo Estado de Direito, e que se expressa na confiança dos cidadãos na justiça.

Sob a perspectiva do julgador a presunção de inocência deve ser um princípio da maior relevância, principalmente no tratamento processual que o magistrado deve dar ao acusado, obrigando-o a manter uma posição negativa, não considerando o acusado culpado, mas também deve manter uma postura positiva, tratando-o efetivamente como inocente e, ainda conforme as lições de Lopes Jr. (2016), não existem pessoas mais ou menos presumidas inocentes, todos são presumidamente inocentes qualquer que seja o fato imputado. Em suma, a presunção de inocência impõe um verdadeiro dever de tratamento, na medida que exige que o réu seja tratado como inocente, que atua em duas dimensões, quais sejam: internas e externas ao processo.

Na dimensão interna é um dever de tratamento imposto ao juiz, determinando que as provas devam ficar por conta do acusador, pois, sendo o réu inocente, não precisa provar nada, e que a dúvida conduza inexoravelmente à absolvição, pois, como leciona Moraes (2016), a situação de dúvida razoável somente pode beneficiar o réu, haja vista que nenhuma acusação penal se presume provada, sendo que esta afirmação decorre do consenso doutrinário e jurisprudencial a respeito do tema, acentuando a inteira sujeição do órgão acusador ao ônus material de provar as imputações feitas ao acusado.

Externamente ao processo a presunção de inocência exige uma proteção

contra a publicidade abusiva e estigmatização precoce do réu. Significa dizer que a presunção de inocência deve ser utilizada como verdadeiro limite democrático à abusiva exploração midiática em torno do fato criminoso e do próprio processo judicial. Como se pode depreender, a exposição recente de áudios da maior autoridade política da república brasileira, sem nenhum motivo processual, é algo condenável e que não deve ocorrer em um Estado Democrático de Direito, e, segundo as lições de Lopes Jr. (2016), o bizarro espetáculo montado pelo julgamento midiático deve ser coibido pela eficácia da presunção de inocência.

Em vista do princípio da não culpabilidade, deve o Estado tratar qualquer acusado como inocente, pois é um princípio basilar do Estado de Direito, segundo as lições de Nucci (2016). Todas as pessoas nascem inocentes, sendo esse o seu estado natural, razão pela qual para quebrar tal regra torna-se indispensável que o Estado-acusador evidencie o fato com provas suficientes para que não restem dúvidas acerca da condição do imputado.

3.6 RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

O princípio da razoável duração do processo apresenta-se como uma necessidade do Estado Democrático de Direito, a fim de conferir segurança jurídica aos cidadãos, pois um processo que se arraste por demasiado tempo não milita a favor de ninguém. Para evitar morosidades e eventuais injustiças, segundo Silva (2014), o constituinte originário deixou claro que todos têm o direito a um julgamento justo, e dentro desse ideal de justiça, de responder a um processo que se desenrole dentro de um tempo razoável sem ilações e morosidade desnecessárias.

Uma visão sistemática do conjunto de regras constitucionais que dizem respeito direta ou indiretamente ao andamento dos procedimentos demonstra que são princípios que funcionam como verdadeiras diretrizes para toda a ordem jurídica nacional. Assim, segundo as lições de Pacheco (2008), a razoabilidade da duração do processo deve ser ponderada com o princípio da celeridade e outros preceitos constitucionais. Um processo não deve ser célere ao ponto de dificultar consideravelmente ou impedir o direito de defesa, tampouco pode inviabilizar o processo penal como instrumento para a aplicação concreta do direito penal e não somente de proteção de direitos fundamentais.

Para se ter uma razoável duração do processo é necessária que seja feita

uma limitação temporal, para alinhar-se com o Estado Democrático de Direito, fornecendo segurança para acusado, acusação e a sociedade em geral, sobre o tema discorre Pacheco (2008):

O princípio constitucional do estado de direito efetivamente exige o estabelecimento de limites categóricos ao exercício do poder estatal, inclusive temporais, sobretudo no que tange à restrição estatal da liberdade das pessoas, como ocorre com a persecução criminal. Portanto, na linha de Daniel Pastor, pensamos que o prazo (duração) razoável do processo deve ser estabelecido pela lei, de forma genérica e abstrata, como um prazo máximo de tramitação do processo, quantificando numericamente como os demais prazos do direito processual penal.

Desse modo, para haver qualquer tipo de limitação temporal é necessário que se faça uma importante indagação: A partir de quando se conta a razoável duração do processo? No Direito Processual Penal o vocábulo processo aplica-se somente na fase da ação penal? Em resposta às indagações cruciais, Pacheco (2008) leciona que se deve adotar uma concepção material de acusação, pois a persecução penal, seja durante a investigação criminal ou o processo penal propriamente dito, acarreta sérias restrições aos direitos fundamentais do indiciado ou réu, especialmente ao direito fundamental de liberdade individual. Como exemplo prático do nível de restrição que a persecução criminal acarreta aos direitos fundamentais, necessário se faz imaginar uma pessoa que seja investigada e indiciada em sede de inquérito policial por supostamente ter cometido o crime de homicídio, cuja investigação, após o indiciamento, dure os quase vinte anos de prazo prescricional, e, durante todo esse tempo, o indiciado sempre esteja sujeito, à princípio, a medidas como prisão preventiva, busca e apreensão, interceptação telefônica, etc. Diante do exemplo exposto, fica fácil entender por qual motivo a persecução penal, incluindo o processo penal propriamente dito, se constitui numa pena do ponto de vista material (social), ainda que a pena seja do ponto de vista jurídico (formal) apenas a sanção aplicada como efeito jurídico do crime.

Portanto, o prazo deverá ter seu termo inicial quando do momento em que o Estado trate uma pessoa como investigada no inquérito policial ou como réu no processo penal, segundo leciona Pacheco (2008).

Embora o acusado fique ao alvitre do Estado-acusador, no direito pátrio a consideração de razoável duração do processo não computa as atuações em sede de inquérito policial, mas tão somente àquelas em fase de ação penal, fato este que

deve ser revisto, pois, como leciona Lopes Jr. (2016), o direito à razoável duração do processo não pode ser reduzido à razoável duração da instrução. Dessarte, não se deve criar limites onde o legislador constituinte não o fez.

O tempo do processo, como leciona Távora e Alencar (2009), será delimitado pela observação concreta do juiz, deve ser encarado como garantia e não como meta, pois está vinculado ao *due process of law*, militando em busca de um processo justo. Imperioso se faz registrar que um processo que prega a justiça e com duração razoável para as partes é decorrente do Estado Democrático de Direito, interessa ao acusado, mas primordialmente ao Estado, na busca da realização das garantias fundamentais de seus jurisdicionados.

4 INQUÉRITO POLICIAL COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

No quadro de uma ordem constitucional fundada na instituição de amplas garantias e direitos individuais, devidamente positivados e posicionados como fundamentais, como é o caso do Estado brasileiro, necessário se faz a delimitação da atuação Estatal para que ocorra a viabilização das pretensões de efetivação de direitos e garantias fundamentais. A perspectiva com a qual se procederá a essa tarefa será dada no contexto de um modelo específico de Estado, ou usando o nome em voga e ao gosto da ciência do direito, deve-se pautar pelo e no paradigma do Estado Democrático de Direito (PACELLI, 2012).

A perspectiva adotada leva em consideração a positivação constitucional dos direitos humanos segundo uma axiologia cultural ocidental e por essa maneira instituídos como fundamentais para o Estado brasileiro. O viés escolhido nessa propositura é o jurídico-dogmático, segundo Pacelli (2012), em conformidade com a ciência do Direito em sentido estrito. No plano de materialização desses direitos, e mais especificamente no que diz respeito à proteção desses direito no âmbito do Direito Processual Penal, deve-se atentar para o fato de que em relação às normas de tutela de liberdade individual, a legislação infraconstitucional não cumpre missão tão relevante diante da extensão das garantias asseguradas no artigo 5º da Constituição da República.

Desse modo, a democracia é um sistema político-cultural que valoriza o indivíduo perante o Estado, inegavelmente levando a uma democratização do processo penal. Segundo as lições de Lopes Jr. e Gloeckner (2013), o objetivo primordial da tutela processual penal não será somente a salvaguarda dos interesses da coletividade, mas sim a tutela da liberdade processual do indivíduo, pois o significado da democracia é a revalorização do homem, e o processo penal é uma das expressões mais típicas do grau de cultura alcançada por um povo em sua história.

Nesse diapasão, um processo penal que traga o menor sofrimento possível aos cidadãos, com princípios metodológicos que buscam o respeito e a efetivação das garantias constitucionais é um reflexo lógico da evolução da sociedade e, necessário se faz uma reconstrução dogmática no direito processual brasileiro, segundo Lopes Jr. (2015), para que realmente as garantias e direitos dos acusados

em geral sejam respeitados e o escopo do Estado Democrático de Direito seja alcançado.

4.1 O SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

Os sistemas processuais que se desenvolveram na evolução histórica do direito processual penal foram três tipos, a saber: inquisitivo, acusatório e misto. Esses sistemas são esquemas ou tipos abstratos que permitem analisar sistemas concretos. Afirmar Pacheco (2008) que a caracterização de um sistema necessariamente passa pelas questões de quem pode propor a ação penal, da qualidade e desenvolvimento do procedimento e as oportunidades que são fornecidas ao acusado de se manifestar, valoração das provas, recursos e, se as figuras do acusador, do juiz e do defensor são atribuídas a pessoas distintas.

O sistema processual penal inquisitivo surgiu no período da Roma Imperial e prosperou na Idade Média durante a inquisição e prevaleceu nos países da Europa Continental do século XIII ao século XVIII. O sistema inquisitivo correspondia à concepção de um poder central e absoluto, com centralização de todos os aspectos do poder soberano em uma única pessoa, o juiz (MACHADO, 2010).

Em contraponto ao sistema inquisitivo temos o sistema processual acusatório, o qual, conforme as lições de Lopes Jr. (2013), remonta ao direito grego, e referenda-se pela participação do povo no exercício da acusação e também do julgamento. Esse sistema caracteriza-se principalmente pela separação das funções de acusar, defender e julgar entre sujeitos processuais distintos, de modo a garantir a imparcialidade e a independência do julgador.

O terceiro sistema processual penal, o sistema misto, que teve fortes influências do movimento iluminista, caracteriza-se, conforme as lições de André Augusto Mendes Machado (2010), pela utilização do sistema inquisitivo na fase de investigação preliminar e do modelo acusatório quando se chega na ação penal e o desenrolar do processo, sendo que muitas vezes é chamado de sistema acusatório formal.

No sistema processual penal brasileiro não há um consenso entre a doutrina, pois se encontra posicionamentos distintos entre vários autores, conforme as lições de Távora e Alencar (2009), os quais afirmam ser plenamente possível a existência de um sistema misto, eclético ou híbrido como classificação apta a definir

modelos cujo processo se estrutura basicamente em duas etapas, referindo-se ao sistema processual pátrio como misto, tendo a fase de investigação preliminar inquisitiva e a fase processual acusatória.

Sobre o tema, leciona Denilson Feitoza Pacheco (2008), que a Constituição Federal Brasileira estabeleceu claramente o sistema acusatório, mas que o princípio inquisitivo, por uma cultura de mais de 700 anos, domina claramente no Brasil, exemplos claro é a Lei 9.034/95 (Brasil) a qual estabelece que o juiz realizará certas diligências pessoalmente, mesmo na fase de investigação preliminar. Não há crítica à diligência do juiz, mas sim ao fato de que esse mesmo juiz que atua na investigação preliminar é o mesmo que irá julgar, comprometendo seriamente a imparcialidade do julgador.

Uma parte considerável da doutrina brasileira considera que o sistema processual penal brasileiro é acusatório, mas conforme as lições de Geraldo Prado (2005), no Brasil, a seara penal encontra-se impermeável ao acusatório e segundo as práticas no país e as decisões das mais altas cortes, o que realmente perdura é a teoria da aparência acusatória.

Nas lições de Giacomolli (2011) o abandono e indiferença do Estado com a fase de investigação preliminar do processo penal polui todo o percurso criminal, de modo que um sistema aparente, com um fazer de conta que parece coadunar com o texto constitucional, mas que na prática não o faz, contamina todo o processo penal e milita contra o Estado Democrático de Direito. Desse modo, é difícil vislumbrar um sistema puro, sendo que cada um deles sempre carregará consigo situações de dependência ou independência, conforme as problemáticas processuais forem se apresentando.

Impende registrar que o sistema processual brasileiro tem traços de acusatório, mas é predominantemente inquisitório, não se podendo fazer a afirmação de que é misto. Segundo as lições de Lopes Jr. (2016), dizer que um sistema é misto é não dizer quase nada sobre ele, pois mistos todos são. O ponto crucial é verificar o núcleo, o princípio fundante, e nesse ponto reside o problema, sendo que alguns autores preferem afirmar que o que predomina é o acusatório formal, incorrendo na mesma confusão terminológica que os defensores do acusatório misto.

Necessário se faz repetir que a Constituição Federal Brasileira de 1988 definiu um processo acusatório, mas de maneira alheia ao diploma legal, o sistema

processual brasileiro não faz as devidas filtragens constitucionais para eliminar os dispositivos incompatíveis, pois vários dos procedimentos e rituais do processo penal são substancialmente inconstitucionais, incompatíveis com a matriz constitucional acusatória (LOPES JR., 2016).

O tipo que se apresenta no sistema processual brasileiro, ainda conforme as lições de Lopes Jr. (2016), não é inquisitório e nem acusatório, muito embora seja essencialmente inquisitivo. O autor classifica-o como *neoinquisitório*, usando este termo para que haja uma dissociação do modelo histórico medieval. Não se pode afirmar que o sistema processual é misto, pois a fase processual não é acusatória, mas sim *neoinquisitória*, haja vista que o princípio informador é inquisitivo e a gestão da prova está na mão do juiz e, ainda, a separação entre as atividades de acusar e julgar estão apenas inicialmente separadas, pois ao longo do procedimento permite-se que o juiz assuma uma posição ativa na busca de prova ou até mesmo na prática de atos tipicamente da parte acusadora, como decretar prisão preventiva no curso do processo, busca e apreensão, seqüestro, dentre outros. Tais atuações positivas do julgador comprometem o caráter acusatório do processo e, não se olvida, corrobora para formação de um julgamento prévio do juiz.

4.2 A NECESSIDADE DO SISTEMA ACUSATÓRIO

O Estado brasileiro se constitui em um Estado Democrático de Direito, fato este que deve se refletir também no processo penal, de modo que é unânime na doutrina que a Constituição Federal Brasileira adotou o sistema acusatório como forma de garantir os direitos fundamentais de seus jurisdicionados, mas, segundo as lições de Bizzoto e Rodrigues (2003), somente a previsão de normas garantidoras dos direitos fundamentais não são suficientes, pois se faz necessário um ativo compromisso constitucional com a sociedade. Por esse motivo, os setores da sociedade devem estar comprometidos também com a efetiva aplicação da constituição, em especial aqueles que efetuam o exercício da função jurisdicional, pois estes têm a função precípua de proteger o ordenamento jurídico e também todas as conquistas dos cidadãos adquiridas ao longo da história e explicitamente protegidos pela carta maior.

Para a efetivação de um Estado Democrático de direito, segundo as lições de Pacelli (2012), é preciso a realização dos direitos fundamentais, e nesse ponto, o

diploma legal tutelou o direito processual penal, instrumentalizando a promoção das liberdades positivas, de modo a ser respeitada pelas normas infraconstitucionais.

Como já foi afirmado, a ordem constitucional adotou o sistema acusatório no Processo Penal, segundo as lições de Pacheco (2008), a Constituição Federal de 1988 fundou um novo ordenamento jurídico, claramente estabelecendo um sistema acusatório. Vislumbra-se no sistema acusatório a melhor forma de garantir aos acusados e investigados o respeito aos seus direitos fundamentais e também um julgamento justo de modo a realizar a melhor prestação jurisdicional possível.

Conforme as lições de Aury Lopes Júnior (2016) a adoção do sistema acusatório é um imperativo do moderno processo penal garantindo ao acusado um tratamento digno e respeitoso ao acusado e também para transmitir uma paz social aos jurisdicionados, pois todos terão a certeza de que, acaso caiam na agrura de ter que enfrentar uma acusação ou investigação, todos os seus direitos e garantias serão respeitados.

O respeito aos direitos dos cidadãos é um dos pilares do acusatório, pois há uma limitação aos poderes do julgador, uma limitação de sua atuação, limite este imposto pelo próprio diploma legal, conforme se pode verificar nas lições de Denilson Feitoza Pacheco (2008):

O Brasil afirmou que se constitui em um “estado democrático de direito” (art. 1º, *Caput* da CR), o que também se reflete no processo penal, pois a democracia no processo penal projeta a tutela dos direitos fundamentais e da disciplina constitucional da divisão dos poderes em seu interior, e resulta na implementação do princípio da divisão de funções no próprio processo, atribuindo-se a diferentes sujeitos as atividades de acusar, defender e julgar. Um processo penal acusatório, fundado no princípio do estado democrático de direito, não deixa espaço para um juiz autocrático, com poderes que tendem a serem ilimitados e absolutos

Assim, no dizeres do autor citado, a Constituição Federal Brasileira, fundada no princípio democrático, tutelou o direito processual penal de modo a garantir sempre ao cidadão que a investigação ou processo que eventualmente possa vir a ser parte, estará sempre de acordo com a construção ideológica contida nas diretrizes constitucionais.

Nessa esteira, leciona Lopes Jr. (2016), que é necessário que se mantenha a separação para que a estrutura não se rompa e, portanto, é decorrência lógica e inafastável que a iniciativa probatória esteja (sempre) nas mãos das partes. Somente isso permite a imparcialidade do juiz. O sistema acusatório perfaz-

se com maior imparcialidade do julgador, devendo este atuar sempre com justiça e imparcialidade, sendo esse o sistema que melhor se coaduna com a gestão da prova no Estado Democrático de Direito, sendo necessária a sua aplicação, pelo respeito ao diploma legal e seus princípios norteadores.

4.3 DIFICULDADES DE APLICAÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO

Não há dúvidas de que a carta maior definiu o sistema acusatório para o sistema processual penal pátrio, e, conforme afirma Pacheco (2008), no cotidiano forense é comum essa afirmação, sendo que um dos motivos arguidos é de que o julgador não pode iniciar o processo de ofício e também porque as partes debatem o processo em contraditório, afirmando-se ampla defesa. Entretanto, um observador externo ao sistema processual brasileiro diria que o sistema não é acusatório, por ser marcadamente informado pelo princípio inquisitivo.

Muito embora o diploma legal tenha explicitamente definido o sistema acusatório, muitos dispositivos no código de processo penal determinam a participação do julgador no processo, muitas vezes praticando atos que deveriam caber as partes, conforme as lições de Lopes Jr (2016, p. 122):

Não basta termos uma separação inicial, com o Ministério Público formulando a acusação e depois, ao longo do procedimento, permitir que o juiz assuma um papel ativo na busca da prova ou mesmo na prática de atos tipicamente da parte acusadora, como, por exemplo, permitir que o juiz de ofício converta a prisão em flagrante em preventiva (art. 310), pois isso equivale a “prisão decretada de ofício”; ou mesmo decreta a prisão preventiva de ofício no curso do processo (o problema não está na fase, mas, sim, no atuar de ofício!), uma busca e apreensão (art. 242), o sequestro (art. 127); ouça testemunhas além das indicadas (art. 209); proceda ao reinterrogatório do réu a qualquer tempo (art. 196); determine diligências de ofício durante a fase processual e até mesmo no curso da investigação preliminar (art. 156, incisos I e II); reconheça agravantes ainda que não tenham sido alegadas (art. 385); condene, ainda que o Ministério Público tenha postulado a absolvição (art. 385), altere a classificação jurídica do fato (art. 383) etc.

Assim, em muitas ocasiões o julgador interfere na produção de provas, seja na fase de investigação preliminar (inquérito policial), seja na ação penal, dando ao juiz poderes instrutórios, fulminando assim a principal garantia da jurisdição, que é a imparcialidade do julgador, desenhando um sistema inquisitório (LOPES JR., 2016).

Afirma Denilson Feitoza Pacheco (2008) que o princípio inquisitivo domina claramente no Brasil e, do ponto de vista infraconstitucional, aprofunda-se ainda

mais no sistema inquisitivo, a título de exemplo cita-se a Lei 9.034/1995 (Brasil), a qual estabelece que o juiz realizará pessoalmente certas diligências mesmo na fase de investigação preliminar, sendo que ao final da lide esse mesmo juiz irá julgar e emitir sentença. Fruto de uma cultura de mais de 700 anos, o sistema inquisitivo não se diluiria tão facilmente, formando até uma ideologia forte de que o sistema processual utilizado é o acusatório, com uma falsa apresentação da realidade, de forma que grande parte de juízes e promotores realmente acreditam que o processo penal realmente é acusatório e que se baliza em um processo de partes. Ignora-se que o juiz pode partir para uma produção própria de provas, julgando segundo outras provas que ele mesmo produziu, inclusive para condenar e até, em certas hipóteses, por fatos não contidos na denúncia.

Cultua-se ainda, no direito processual brasileiro, a falsa busca da verdade, segundo as lições de Lopes Jr. (2016), a mítica verdade real, figura criada nos meandros da inquisição para justificar o utilitarismo processual. Segundo os ditames da verdade real as práticas probatórias mais diversas estão autorizadas pela nobreza de seus propósitos: a verdade. Assim, a figura mítica da verdade real, engenhosamente engendrada é usada para justificar os atos abusivos do Estado, na lógica de que “os fins justificam os meios”, atropelando e ignorando os mais variados direitos dos cidadãos.

Sobre o assunto afirma Pacheco (2008) que essa cultura milenar e ideológica de alcance de uma verdade real e de realização de uma justiça divina continua a impregnar o cotidiano forense, ignorando o valor intrínseco da condição humana em si mesma e favorecendo constantes violações de direitos fundamentais. Pode-se mudar constituições e leis, mas nenhuma transformação significativa ocorrerá enquanto não se submergir do oceano de ideologia-ocultação no qual o processo penal se encontra.

A contradição encontra-se no fato de que há o princípio acusatório de natureza constitucional, que deve ser seguido, mas há o princípio inquisitivo de natureza cultural, o qual impregna todo o processo penal e encontra raízes profundas, que não serão facilmente eliminadas. Dessa forma, em um sistema que se diz acusatório mas que o julgador atua como parte, leciona Lopes Jr. (2016), que quando se chega ao processo, então ilusoriamente acusatório e contraditório, a verdade histórica já foi definida. Ao juiz cabe apenas aplicar o direito ao caso concreto, dizer a lei (juiz-boca-da-lei) que deve incidir, fato este que faz o

contraditório seja apenas simbólico, não real e efetivo, transformando o processo penal em um jogo de cartas marcadas, com cenário e roteiros definidos em uma fase predominantemente inquisitiva. A aplicação do acusatório chega tardiamente quando a verdade histórica já foi definida, transformando-o em uma mera falsa representação da realidade, algo ilusório, apenas procedimentalista, claramente ferindo princípios constitucionais.

4.4 O INQUÉRITO POLICIAL COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Toda relação jurídica é tutelada pelo Estado mediante proteção jurídica contida em norma, que prescreve sanção para os casos de sua violação, conforme as lições de Diniz (2008), autorizando o lesado a exigir respeito ao seu direito. Dessa forma, no Brasil quando ocorre uma situação típica o Estado deve apurar a existência do fato, podendo a etapa preliminar servir de base para um juízo acusatório.

Em razão disso, leciona Lopes (2009), torna-se imperioso que a investigação criminal assuma um papel constitucional e garantista importante, de modo a transmitir segurança aos cidadãos e fortalecer o Estado Democrático de Direito.

Como se pode verificar nos capítulos 01 e 02 do presente trabalho, a fase de investigação criminal sofreu mudanças ao longo do tempo, mas essa evolução histórica não afetou muito o papel do acusado, sendo que a seara de atuação deste em sede de inquérito policial ainda é muito limitada, pois na maioria das vezes atua apenas como espectador do apuratório, procedimento este que pode futuramente influir no seu futuro e adentrar na esfera dos seus direitos e garantias fundamentais. Há a necessidade de que as práticas realizadas no Inquérito policial ofereçam maiores garantias aos investigados, visto que, conforme leciona Giacomolli (2011), a fase investigativa não se constitui em um compartimento incomunicável no cosmos processual, e como tal, deve-lhe ser dada a importância devida, haja vista tratar-se de direitos fundamentais, como a liberdade do indivíduo, a qual a privação deve ser a exceção.

Como já dito alhures, o sistema acusatório é preconizado pela Constituição Federal, mas não é aplicado na sua totalidade por causa da forte

cultura inquisitiva presente que remonta ao período da inquisição, a qual não será facilmente eliminada. Nesse contexto, vislumbra-se o Inquérito Policial como um instrumento efetivo de proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana, conforme leciona Brodbeck (2011, p. 39):

Em tal contexto, surge a figura do inquérito policial. Se bem que não seja ele, em si próprio, instituto de direito natural, erige-se em instrumento de fundamental preservação de direitos que, estes sim, são garantidos por aquela lei anterior a toda lei posta. Ainda que outros modelos de investigação preliminar existam e possam, em tese, ser tão eficazes quanto o inquérito na apuração do fato delituoso, de sua autoria e materialidade, é inegável que este se apresenta como a melhor espécie no que tange à garantia dos direitos fundamentais, naturais de todo ser humano.

Assim, não há dúvidas de que o Inquérito Policial pode e deve ser utilizado para investigar os fatos considerados típicos, mas também deve ter uma atuação preocupada com as garantias do investigado, pois, segundo as lições de Giacomolli (2011) a fase investigatória recolhe importantes elementos, cujos reflexos atingem o status do cidadão, razão porque as barreiras constitucionais devem ser respeitadas. A investigação preliminar não deve militar em favor de interesses escusos e nem se tornar um verdadeiro espetáculo cinematográfico, com homens vestidos de ninja, divulgações impactantes de interceptações telefônicas e prisões ao vivo e *on-line*. Nada disso interessa ao Inquérito policial e nem milita ao seu favor, pois a investigação preliminar não deve ser usada como meio de entretenimento ou afirmação, mas sim como instrumento de investigação de fatos supostamente criminosos e garantia dos direitos do investigado.

É inegável a importância do inquérito policial, nos dizeres de Lopes Jr. (2016), pois se com base nos elementos do inquérito o juiz pode decidir sobre a liberdade e a disponibilidade de bens de uma pessoa, fica patente sua importância, logo, ao atuar na esfera dos direitos fundamentais da pessoa humana, em um Estado Democrático de Direito, lógico se faz presumir que deve ser oferecido ao acusado todas as ferramentas para que este possa efetuar a sua defesa a contento de modo a proporcionar um processo justo.

Assim, no processo penal, normalmente o suspeito, o investigado (investigação) e o réu (ação penal), são considerados como titulares de direitos de defesa, ou seja, conforme afirma Pacheco (2008), têm direitos individuais a que o Estado se abstenha de intervir na sua liberdade de locomoção, vida privada, etc.

Desse modo, não há nenhuma limitação temporal quanto ao momento de realização desses direitos, não podendo a legislação infraconstitucional efetuar limitações que o texto constitucional não fez, pois uma interpretação constitucional leva inegavelmente à conclusão de que a investigação preliminar efetuada no inquérito policial deve considerar a integralidade dos direitos fundamentais das pessoas que lhes são submetidas. Quanto mais posições de direitos fundamentais de uma pessoa sejam afetadas por uma medida investigativa, mais fortes devem ser os elementos fáticos, jurídicos e analíticos que sustentem a implementação dessa medida.

O Inquérito Policial surge no dito sistema acusatório brasileiro como um instrumento de garantias do investigado, pois o inquérito visa realizar o direito de punir do Estado no exato limite da culpa de quem delinqüiu, devendo ser, nas lições de Brodbeck (2011, p.45), “um instrumento garantidor da dignidade do cidadão e como salvaguarda do seus *jus libertatis*.”, atuando assim como uma garantia de ordem jurídico-humanista, insculpida no diploma legal.

Desse modo, no sistema processual penal, diante de suas peculiaridades, pode-se afirmar que o inquérito policial deve ser orientado pelos princípios erigidos pela Constituição Federal do Brasil, consubstanciando-se em instrumento de garantias fundamentais, como corolário do Estado Democrático de Direito, proporcionando aos investigados em geral uma investigação preliminar digna e justa, para que, quando se chegue à fase acusatória, esta não seja maculada por pré-julgamentos e verdades já consolidadas. Assim, o Inquérito Policial deve sim efetuar as investigações que lhe são inerentes, mas deve respeitar a ordem constitucional, pois se deve ter em mente que, segundo as lições de Passos e Oliveira (2001), “o homem constrói o Direito e o Estado para libertá-lo, e não para escravizá-lo”, e o Inquérito Policial é o instrumento e a melhor ferramenta que se apresenta no direito processual penal brasileiro para a defesa dos direitos fundamentais dos jurisdicionados durante a investigação preliminar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho demonstrar e reafirmar a importância do inquérito policial como protetor de direitos em um Estado Democrático de Direito. Assiste-se hoje, nas redes sociais e televisivas, espetáculos pirotécnicos envolvendo prisões de acusados, mandados de conduções coercitivas, seqüestro de bens, etc. A maioria desses fatos ocorrem ainda na fase investigativa, na fase de inquérito policial, logo, não se pode ignorar a extrema importância desse instrumento, principalmente atualmente, quando se parece que a prisão, ainda que provisória, transformou-se em regra e a liberdade em exceção. Tudo que for apurado em sede de inquérito policial pode vir a servir de base para o Estado adentrar a esfera de liberdade do indivíduo, bem como atingir o seu patrimônio, então, a importância do caderno investigatório é latente, e, reconhecendo esta situação, deve-se dar a ele sustentação para uma investigação justa e eficaz.

Como já exposto, a Constituição Federal do Brasil de 1988, trouxe em seu bojo inúmeras garantias aos acusados e réus, estabelecendo critérios e limites à atuação estatal, atuando preponderantemente como garantidora dos direitos fundamentais de todos os seus jurisdicionados.

Desse modo, a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, a proteção desse núcleo fundamental, está intrinsecamente ligada às bases do Estado Democrático de Direito, manifestando-se como um dos pilares da democracia.

O respeito ao diploma legal deve sempre ser seguido, pois conforme afirma Kelsen (1998) a norma fundamental é a constituição e todas as outras leis dela derivam, de modo que nenhuma outra lei deve contrariar a norma fundamental, desse modo, é claro que todo o processo penal brasileiro, desde a investigação deve obediência à Constituição Federal do Brasil.

A proteção aos direitos fundamentais deve ocorrer durante todo o desenrolar

da investigação em sede de inquérito policial, e não só quando, e se este vier a tornar-se ação penal. Em nenhum momento a Constituição Federal estabeleceu algum limite temporal para que os direitos nela elencados fossem exercidos, logo não cabe à legislação infraconstitucional estabelecer qualquer limite que não seja permitido pelo diploma legal.

Qualquer pessoa quando passa a ser alvo de uma investigação, havendo a instauração do inquérito policial, poderá vir a ser atingido em seus direitos pessoais ou reais. E não é só isso, pois várias liberdades podem ser cerceadas no desenrolar do caderno investigatório, sem contar que simplesmente a instauração de um inquérito policial, tornando a pessoa uma investigada ou indiciada, gera angústia, passando esta também a carregar, na maioria das vezes, a pecha de criminoso no meio social em que estiver inserido.

O inquérito policial no processo penal serve como importante filtro, pois ao efetuar uma investigação mais minuciosa, buscando apurar os fatos e a autoria, delimitando a linha de ação do processo, evita que os jurisdicionados sofram processos desnecessários e injustos, mas, não deve só investigar, mas também deve proporcionar uma investigação justa, em consonância com a tutela constitucional, de modo a efetivamente fortalecer o sistema acusatório adotado pelo sistema processual penal.

Durante a investigação criminal é importante que seja proporcionado ao investigado os meios de defesa que lhe permitam participar da investigação, produzir provas e amplamente se defender, pois assim o fazendo, respeitando os princípios constitucionais e os direitos do investigado, além de efetuar uma investigação robusta, coligindo provas legítimas, dará segurança de que ninguém terá seu direito tolhido injustamente.

A fase preliminar não pode ser encarada como um show televisivo como aqueles que tão fartamente se apresentam atualmente nos meios televisivos, pois se deve evitar expor os investigados a constrangimentos desnecessários, haja vista que o que fortalece a investigação são as provas técnicas e tais provas não são conseguidas com a exposição pública do investigado.

A autoridade policial, ao presidir o inquérito policial, deve ter a plena ciência de que a liberdade do investigado é o seu estado natural e uma violação desse estado deve ser a última *ratio*, de modo que a liberdade deve ser a regra e a privação desta a exceção. Desse modo, a autoridade policial, como agente do

estado que é, deve atuar de modo a proteger a liberdade do cidadão de qualquer sanha acusatória ou de prisão sem sentido apenas para se conseguir depoimentos, confissões ou ainda para atender algum anseio vingativo de algum setor da sociedade.

A proteção dos direitos do investigado começa com o inquérito policial, e neste, o respeito aos princípios constitucionais deve ser efetivo, para que não se vejam as injustiças prevalecerem.

Desse modo, o inquérito policial, principalmente no processo penal brasileiro, é um instrumento de defesa e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, pois para que uma ação penal seja proposta, é necessário um grau de convencimento, visando que acusações infundadas e perseguições sejam eliminadas já na investigação preliminar. Esse grau de certeza só pode ser buscado por meio do inquérito policial, momento em que as diligências, perícias e outros procedimentos serão realizados para a delimitação da prática delitiva e identificação de eventuais autores.

Para que haja um processo penal justo, que respeite a Constituição Federal, o sistema acusatório deve ser fortalecido e o inquérito policial é a única ferramenta que se apresenta no sistema pátrio capaz de fazê-lo, pois uma investigação preliminar realizada dentro dos ditames constitucionais, respeitando o direito ao devido processo legal, ao contraditório, a ampla defesa e aos demais princípios, efetivamente tratando o investigado como sujeito de direitos, oferece robustez ao processo penal, transmitindo também segurança aos cidadãos de que estes não serão tolhidos de seus direitos sem que haja um procedimento balizado pelos princípios do Estado Democrático de Direito.

Dessa forma, o inquérito policial consubstancia-se no melhor meio de proteção aos direitos fundamentais dos cidadãos e indivíduos, promovendo uma investigação justa, atuando como instrumento de salvaguarda do *jus libertati* do cidadão, coadunando com os princípios norteadores da Constituição Federal do Brasil.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Olney Queiroz; KUMPEL, Vitor Frederico. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBOSA, Manoel Messias. **Inquérito policial: doutrina, prática e jurisprudência**. 7ª ed. São Paulo: Método, 2009.

BIZZOTTO, Alexandre; RODRIGUES, Andreia de Brito. **Processo penal garantista**. 2ª ed. Goiânia: AB, 2003.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Brasília, 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689compilado.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. Lei 8.906 de 04 de Julho de 1994. **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula vinculante 14. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1230>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRODBECK, Rafael Vitola. **Inquérito Policial: instrumento de defesa e garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2011.

CARVALHO, Djalma Eutímio de. **Curso de processo penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CHOUKR, Fauzi Hassan. **Garantias constitucionais na investigação criminal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2006.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo Cintra; DINAMARCO, Cândido Rangel, GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

COSTA, Paula Bajer Fernandes Martins da. **Igualdade no direito processual penal brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Processo penal: doutrina e prática**. Salvador: Juspodivm, 2009.

DAURA, Anderson Souza. **Inquérito policial: competência e nulidades dos atos de polícia judiciária**. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2010.

DEZEM, Guilherme Madeira. **Curso de processo penal**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, E. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 47ª ed. São Paulo: Globo, 1997.

GIACOMOLLI, Nereu José. **A fase preliminar do processo penal: crises, misérias e novas metodologias investigatórias**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011.

JAKOBS, Günther; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Direito penal do inimigo: noções e críticas**. Tradução de André Luiz Callegari, Nereu José Giacomolli. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado: 1881-1973**. Tradução de Luís Carlos Borges. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

_____. **Teoria pura do direito: 1881-1973**. Tradução de João Baptista Machado. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Fundamentos do processo penal: introdução crítica**. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LOPES, Fábio Motta. **Os direitos de informação e de defesa na investigação criminal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

MACHADO, André Augusto Mendes. **Investigação Criminal Defensiva**. São Paulo:

Revista dos Tribunais, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Estado de direito e jurisdição constitucional – 2002-2010**. São Paulo: Saraiva, 2011

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 32ª ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

MUCCIO, Hidejalma. **Prática de processo penal: teoria e modelos**. 5ª ed. São Paulo: Método, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. **Provas no processo penal**. São Paulo. Revista dos Tribunais: 2009.

OLIVEIRA, Eugênio Paccelli de. **Processo e hermenêutica na tutela penal dos direitos fundamentais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PACHECO, Denilson Feitoza. **Direito processual penal: teoria, crítica e práxis**. Niterói: Impetus, 2008.

PASSOS, Paulo Roberto da Silva; OLIVEIRA, Thales Cezar de. **Princípio constitucionais (no inquérito policial e no processo penal)**. São Paulo: Themis, 2001.

PRADO, Geraldo. **Sistema acusatório: a conformidade constitucional das leis processuais penais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 13 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: 1712-1778**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ROVEGNO, André. **O inquérito policial e os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa**. Campinas: Bookseller, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 37ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

SILVA, Márcio Alberto Gomes. **Inquérito policial: uma análise jurídica e prática da fase pré-processual**. Campinas: Millennium, 2012.

SOUZA, Paulo Sérgio Ricardo de. **Temas de direito processual penal constitucional aplicado**. Niterói: Impetus, 2006.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito processual penal**. 3 ed. Salvador: Juspodivm, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Nilson Teixeira de. **Gramática da língua portuguesa para concursos, vestibulares, ENEM, colégios técnicos e militares.** 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico:** Explicitação das normas da ABNT. 16 ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

JUNKES, Maria Bernadete; SANTOS, Maria Lindomar dos. **Primeiros Passos da Metodologia Científica na Graduação.** Rolim de Moura: D'Press, 2008.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal, volume 1: parte geral, arts. 1º a 120 do CP.** 25 ed. São Paulo: Atlas, 2009.